

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

ANO LECTIVO 2005/ 2006

TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS

*Consequências na Forma de Planear e Conduzir Operações
Militares*

MANUEL DIAMANTINO PINHEIRO CORREIA
Coronel de Infantaria

**ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS
SUPERIORES MILITARES**

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS
CONSEQUÊNCIAS NA FORMA DE PLANEJAR E CONDUZIR
OPERAÇÕES MILITARES

IESM, 09 de Março de 2006

RESUMO ANALÍTICO

OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS, CONSEQUÊNCIAS NA FORMA DE PLANEJAR E CONDUZIR OPERAÇÕES MILITARES

por Cor Pinheiro Correia

A globalização e o acelerado desenvolvimento das novas tecnologias, que inauguraram a Era da Informação, introduziram novos desafios às Forças Armadas para fazerem face a uma nova tipologia de conflitos, o que implica formas diferentes de pensar e de fazer a guerra. Em sede da OTAN, está em curso o desenvolvimento de uma nova doutrina, comumente denominada de Operações Baseadas no Efeitos (EBO – Effects Based Operations), que visa substituir a Guerra de Atrição por Guerra de Percepção, focando a sua acção mais sobre a alteração de vontades e comportamentos de inimigos, aliados e neutrais, procurando, assim, evitar a destruição física dos adversários, poupando vidas e infra-estruturas primárias.

Neste trabalho analisa-se todo o enquadramento doutrinário que enforma as EBO e estima-se a forma como irão, no futuro, ser planeadas e conduzidas as operações militares.

ABSTRACT

EFFECTS BASED OPERATIONS , CONSEQUENCES ON THE WAY OF PLANNING AND CONDUCTING MILITARY OPERATIONS

by Col Pinheiro Correia

Globalization and the accelerated development of new technologies, which inaugurated the Age of Information, posed new challenges to the Armed Forces that had to face new kinds of conflicts; this implies different ways of thinking and conducting war. At NATO Headquarters, a new doctrine is being developed, commonly designated by EBO (Effects Based Operations). The intention is to replace Armed Conflict by a Perception Conflict, focusing its action upon the change of enemy, allied and neutral forces' will and behaviour, thereby attempting to avoid opponents' physical destruction and sparing lives and primary infrastructures.

This work analyses all the doctrinaire framework which involves the EBO and estimates the way future military operations will be planned and conducted.

ACRÓNIMOS

AAP	Allied Administrative Publication
ACO	Allied Command Operations
ACT	Allied Command Transformation
AED	Agencia Europeia de Defesa
AJP	Allied Joint Publication
AMF	Forças de Milícia Afegã
BDA	Battle Damage Assessment
C2	Comando e Controlo
C3	Comando, Controlo, Comunicações
C4	Comando, Controlo, Comunicações e Computadores
C4ISR	Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento
CAFJO	Concepts for Alliance Future Joint Operations
CCIR	Requisitos de Informação Crítica do Comandante (Commander's Critical Intelligence Requirements)
CD&E	Concept Development and Experimentation
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CENTCOM	Central Command
CIMIC	Civilian Military Cooperation (Cooperação Civil Militar)
CJCMOTF	Combined Joint Civil-Military operations Task Force
CJOA	Combined/Joint Área of Operations
CJSOTF	Combined Joint Special Operations Task Force
CJ3	Combined Joint Operations
CJTF	Combined Joint Task Force
CJTFWarrior	Combined Joint Task Force Warrior
CMO	Civil and Military Operations
CoG	Center of Gravity (Centro de Gravidade)

COGNET	Center of Gravity Network Effects Tool
DCJS	Director of Combined Joint Staff
EBE	Effects Based Execution (Execução Baseada nos Efeitos)
EBO	Effects Based Operations (Operações Baseadas em Efeitos)
EBP	Effects Based Planning (Planeamento Baseado nos Efeitos)
EEFI	Essential Elements of Friendly Information
FFIR	Friendly Forces Information Requirements
FM	Field Manual
FRAGO	Fragmentary Order
HPT	High Payoff Targets
HUMINT	Human Intelligence
IOWG	Informatio's Operations Working Group
IMINT	Image Intelligence
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target Aquisition and Recnnaissance (Infor- mação, Vigilancia e Reconhecimento)
ISR	Intelligence Surveillance Reconnaissance
ITGA	Governo Islâmico Transitório do Afeganistão
J2T	Joint Intelligence Support to Targeting
JECB	Joint Effects Coordination Board
JEF	Joint Fires Element
JEWG	Joint Effects Working Group
JFE	Joint Fire Element
JISE	Joint Intelligence Support Element
JIPTL	Joint Integrated Priority Target List
JP	Joint Publication
JPT	Joint Planning Team
KBD	Knowledg Base Development
M/A	Modalidade de Acção

MDMP	Military Decision Making Process
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
NCW	Networked Centric Warfare (Guerra Centrada em Rede)
NNEC	NATO Network Enabled Capability
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OODA	Observar, Orientar, Decidir e Actuar
OPG	Operations Planning Group
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Public Affairs
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIR	Requisitos Prioritários de Informação
PRAPI	Probabilidade Relativa de Adopção das Possibilidades do Inimigo
PRC	Potencial Relativo de Combate
PRT	Provincial Reconstructions Team
PSYOPS	Psychological Operations
SACO	Supreme Allied Command Operations
SACT	Supreme Allied Command Transformation
SIGINT	Signal Intelligence
TG	Teatro de Guerra
TO	Teatro de Operações
TSS	Target Selection Standards
UAV	Aeronave Não Tripulada
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas
USAF	United States Air Force
USAID	US Agency for International Development

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO GERAL	3
2.1. O Mundo em Acelerada Mudança	3
2.2. O Poder dos <i>Média</i>	4
2.3. A Influência de Outros Actores na Área de Operações	5
2.4. As Novas Tecnologias Guerra Centrada em Rede (NCW)	6
2.5. A Nova Visão Estratégica: O Desafio Militar	8
3. A PERCEPÇÃO BASEADA NOS EFEITOS - Enquadramento Conceptual	10
3.1. A Proposta da OTAN	10
3.2. A Proposta da Assembleia Inter Parlamentar Europeia de Segurança e Defesa	12
3.3. Os Instrumentos do Poder	13
3.4. Os Efeitos	15
3.5. Operações no Domínio Cognitivo	16
4. O DESENVOLVIMENTO NA BASE DO CONHECIMENTO	18
5. O PLANEAMENTO BASEADO NOS EFEITOS (EBP)	19
5.1. Analisar as Modalidades de Acção de Uma Forma Diferente	20
5.2. A Questão do Centro de Gravidade	22
5.3. Os Factores de Decisão	25
5.4. As Operações Baseadas nos Efeitos e o Nível Operacional da Guerra	25
5.4.1. Introdução	25
5.4.2. Força vs Efeitos	26
5.4.3.EBO e o Nível Operacional	27
6. A CONDUTA DAS OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS	30
6.1. A Execução Baseada nos Efeitos	30
6.2. A Experiência do Afeganistão	31
6.3. Formação e Preparação dos Quadros e Tropas	32
7. A AVALIAÇÃO BASEADA NOS EFEITOS	33
7.1 Célula de Efeitos (Effects Cell)	34
7.2. Funções da Célula de Efeitos	34
8. PORTUGAL E AS EBO	35
8.1. A Transformação, Uma Necessidade Imediata	35
8.2. A Transformação do Exército	36
8.3. Uma Aposta na Formação	37

9. CONCLUSÕES	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

APÊNDICES:

- 1 – OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS: UMA EXPERIÊNCIA RECOLHIDA NO AFGANISTÃO
- 2 – DIAGRAMAS
- 3 – GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

ANEXOS:

- 1 – CONFLICT: TOWARDS NA EFFECTS BASED POLICY
- 2 – CAPABILITY IMPROVEMENT CHART I/2005 COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION
- 3 – SPEECH BY JAVIER SOLANA SECURITY POLICE HEAD OF THE EUROPEAN DEFENSE AGENCY
- 4 – GRELHA DE VERIFICAÇÃO DE MODALIDADES DE ACÇÃO
- 5- EFFECTS CELLS – APPNDIX 8 TO ANNEX V TO DJTF SOP DATED FEV2004

1 - INTRODUÇÃO

A globalização e o acelerado desenvolvimento das novas tecnologias, que inauguraram a “Era da Informação”, introduziram novos desafios às Forças Armadas para fazerem face a uma nova tipologia de conflitos, que exige formas diferentes de pensar e de fazer a guerra. A adoção de uma aproximação baseada em efeitos para o planeamento e conduta das operações militares é essencial para os esforços de transformação em curso na OTAN. Esta aproximação, mais conhecida por “Operações Baseadas nos Efeitos” (EBO – Effects Based Operations), confere um processo de pensamento criativo, crítico e considera metodologias para planejar, conduzir e avaliar operações destinadas a produzir efeitos específicos, necessários para alcançar o estado final desejado. Explora a aplicação conjugada de meios letais e não letais da força e abrange todo o espectro de missões, desde as operações de apoio humanitário até às operações de combate de maior envergadura. Aliás, tal processo extravasa a sua amplitude de aplicabilidade para além do estado de conflito, podendo ter lugar no pós-guerra. Além disso, aplica-se a todos os níveis: estratégico, operacional e tático.

As EBO permitem evitar a atrição através da aplicação da força no momento e lugar certo para alcançar os efeitos considerados mais adequados para atingir o sucesso. Também, e muito importante, as EBO optimizam a integração de todos os instrumentos do poder (político, económico, militar e civil) no processo de planeamento e de execução e estão tão preocupadas com o estado de paz, no período pós-guerra, como com a própria vitória¹.

Trata-se de uma doutrina ainda em fase de estudo e de desenvolvimento pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), pelo que, para o trabalho de pesquisa, foi estabelecida a data de 15 de Dezembro de 2005 como limite de referência. A documentação disponível da Aliança Atlântica está também ainda em forma de “draft”, constituindo, o documento mais recente, de 25 de Agosto de 2005, único de cariz oficial, a grande base conceptual do presente trabalho². Admite-se, assim, que a validade deste trabalho possa ser temporária, fruto de novos desenvolvimentos. Vários teóricos, estudiosos da matéria, têm escrito sobre este assunto, o que a par de vários relatos de experiências embrionárias conduzidas, nomeadamente nas operações do Iraque e do Afeganistão, expressas em publicações militares, constituíram também preciosas ferramentas para uma melhor compreensão e desenvolvimento das ideias parcelares.

É neste contexto, com um estado da arte ainda exíguo, que se inscreve o tema proposto relativo às “Operações Baseadas nos Efeitos, Consequências na Forma de Planejar e Conduzir Operações Militares” e no qual se identifica a **questão central**: “*Como irão, no futuro, ser planeadas e conduzidas as operações militares?*”. Para se poder responder com alguma clareza à pergunta de par-

¹ Paul K. Davis, “Effect Based Operations – A Grand Challenge for the Analytical Community”, Abstract.

² CONCEPTS FOR ALLIANCE FUTURE JOINT OPERATIONS (CAFJO) – DRAFT de 25Ago05.

tida, levantaram-se as seguintes **questões derivadas**: *porquê a necessidade de transformação? Que novos elementos conceptuais vão ser introduzidos? O que irá mudar? e, por último, qual o impacto no Exército Português?*

Como ainda é cedo para ter certezas, podem-se considerar as seguintes **hipóteses**: *a doutrina em vigor não está ajustada aos actuais e futuros desafios de segurança; há necessidade de introduzir na doutrina novos elementos conceptuais, tais como a integração dos outros instrumentos do poder; o planeamento e a conduta das operações requerem uma nova forma de pensar e fazer a guerra; e o Exército Português tem necessidade imperativa de absorver a doutrina das EBO e desenvolver as capacidades que lhe permitam interoperar com os seus aliados.*

Para atingir o desiderato proposto, o presente trabalho foi organizado em **nove capítulos**, em que no primeiro se procura esclarecer alguns aspectos conceptuais que enformam a questão central. No segundo capítulo procura-se identificar algumas razões que conduzem à necessidade de uma alteração doutrinária, para no terceiro capítulo caracterizar-se o enquadramento conceptual das EBO. No quarto capítulo irá explicar-se a forma como se desenvolvem as operações, tendo por base o conhecimento. No quinto capítulo são analisados alguns aspectos que podem conduzir a uma nova forma de planejar as operações militares e, no sexto capítulo, reflectimos sobre as consequências na conduta das operações. No sétimo capítulo é referido o novo e importante conceito da avaliação do resultado das operações sob a metodologia das EBO. No oitavo capítulo analisa-se a relação entre a transformação do Exército em curso e as novas doutrinas emergentes, para no último capítulo serem, então, apresentadas as conclusões que respondem, através das questões levantadas para a investigação, à questão central.

Quanto à metodologia utilizada para a elaboração do presente trabalho, consistiu basicamente numa pesquisa e análise de documentação disponível, considerada credível e actual, no contacto com Entidades para as quais esta matéria interessa, tais como O Ministério da Defesa Nacional, através da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional, O Estado-Maior General das Forças Armadas, através da Divisão de estudos Estratégicos Militares, o Estado-Maior do Exército, o Comando Operacional das Forças Terrestres e a Academia Militar. Para a análise do impacto que esta transformação doutrinária poderá ter no Exército Português beneficiou-se das entrevistas concedidas pelo Comandante da Academia Militar e pelo Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército. Também foram muitíssimo importantes as trocas de opiniões e de impressões com Oficiais que, com o maior interesse pessoal, acompanham o evoluir da matéria em questão.

Dado o estado da arte, tal como foi apresentado, ser muito curto e, ainda, em estado embrionário, transforma este trabalho num desafio muito apaixonante, por dois motivos fundamentais: o primeiro, porque se trata de um assunto novo, apresentado como via possível para a eficiência das Forças Armadas face aos desafios que, dizendo serem do futuro, já espreitam na actualidade; o

segundo, e porque se trata de uma matéria ainda em estudo, tem a ver com os cuidados a ter com as convicções, dado que o que se afirma agora, amanhã, ou hoje mesmo, tanto pode ser confirmado como contrariado.

2 – ENQUADRAMENTO GERAL

“Estamos a combater as primeiras guerras do século XXI com um Departamento de Defesa formado para enfrentar os desafios do século XX... Temos uma organização da era industrial, mas vivemos no mundo da era da informação, onde novas ameaças surgem subitamente, muitas vezes sem aviso, para surpreender-nos. Não nos podemos dar ao luxo de não mudar, e rapidamente, se desejarmos viver em tal mundo.”

(Donald H. Rumsfeld)³

Este pensamento, proferido por um alto responsável da Casa Branca, traduz um diagnóstico muito preciso da urgente necessidade de **transformação** no pensar e na conduta das operações, tendo em consideração os últimos acontecimentos que confirmaram, em acções, o que há muito se receava.

Em nosso entender, diz-se transformação, e não reforma, dado que não se pretende um corte, mas sim uma evolução na estrutura da lógica racional que preside ao planeamento e conduta das operações militares.

2.1 – O Mundo em Acelerada Mudança

A queda do Pacto de Varsóvia fez esboroar o equilíbrio de forças, que até então bloqueava o desenvolvimento de outros cenários de âmbito global, que agora rapidamente se expandem fora de controlo, ou de difícil controlo, com imprevisíveis consequências da mais diversa ordem, económica, social e de sobrevivência, com potencial para criar, mesmo que por tempo limitado, um ambiente de angústia colectiva à escala mundial.

Na conflitualidade actual, os aspectos contraditórios do carácter violento da Comunidade Internacional decorrem da natural evolução das sociedades, em que temos os aspectos políticos, legais e morais, que apelam para a contenção da força, dentro dos valores civilizacionais da liberdade, da democracia e dos direitos humanos, em contraponto com o uso das tecnologias potenciadoras de maior capacidade de destruição ao serviço do crime organizado e do fundamentalismo ideológico de natureza violenta, com as mais variadas causas e motivações⁴. A urgência de rapidamente serem encontradas formas eficazes para contrariar as novas ameaças e minorar os seus efeitos, reveste-se como uma tarefa de enorme apelo à melhor inteligência para a análise e visão

³ Retirado do artigo sob o título “Operações Baseadas nos Efeitos e o Exercício do Poder Nacional”, pelo Major David W. Pendall, do USArmy, publicado na Military Review de Março/Abril de 2005-10-24.

⁴ Tenente – General José Luís Pinto Ramalho, em O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma reflexão, Revista Militar de Agosto/Setembro de 2005.

integrada dos fenómenos que, directa e indirectamente, influem na desestabilização de equilíbrios geo-estratégicos regionais ou globais, e na segurança das sociedades, enquanto estados democraticamente organizados, ou civilizações maduramente evoluídas. Tal, não implica o abandono dos actuais conceitos doutrinários, nem tão pouco das usuais formas de planear e de conduzir as operações. Nem todos os Estados acompanham, nem cedo terão capacidade para o conseguir, este processo transformacional, que no fundo se resume a evoluir da Era Industrial para a Era da Informação, concretizando a “Terceira Vaga”⁵.

Tratam-se de programas transversais ao desenvolvimento das sociedades, que implicam processos educacionais, que vão muito mais além do mero manuseamento de meios disponíveis no mercado, de utilização limitada e desintegrados de sistemas funcionais. Daí que a filosofia para o novo estilo de vida das sociedades, se por um lado será geracional, por outro, face ao ritmo aceleradíssimo, poderá derivar para o descontrolo e daí para um grave ambiente de conflitualidade.

2.2 – O Poder dos *Media*

A Era da Informação já introduziu a guerra em directo, que, em tempo real, veio expor a conduta das operações aos olhos e à discussão da opinião pública mundial, com embaraços de toda a ordem, tanto na ordem interna como externa, obrigando os responsáveis políticos e militares a constantes justificações e esclarecimentos, situações que, por vezes, poderão ser susceptíveis de influenciar ritmos e metodologias de acção. Compreende-se, assim, que operações prolongadas no tempo, não só alimentam o espectáculo, como provocam maior desgaste, pelo assumir de um maior número de riscos, susceptíveis de causar reflexos influenciadores no estado final pretendido.

Também o fluir da informação, obtida de forma parcelar e baseada em factos localizados, naturalmente distorcedora, ou não, da realidade, e, muitas das vezes, ela mesmo, distorcida, se revela muitíssimo mais rápida através dos *media* que pelo canal de comando, originando um natural desconforto nas entidades e órgãos responsáveis.

Se recordarmos o desembarque em Mogadíscio, os acontecimentos que se lhe seguiram e os episódios na prisão iraquiana de Abu Ghraib, apenas a título de exemplo, como situações apresentadas como “fora do controlo institucional”, com imagens transmitidas em todo o mundo, que atingiram o potencial de retaguarda, percebemos como o fluir da informação é capaz de confranger responsáveis políticos e militares, empolgar adversários e fazer com que os próprios aliados não ficassem indiferentes, obrigando a uma intensa actividade diplomática no sentido de reduzir os efeitos indesejáveis.

A utilização dos *media* para se atingir efeitos não pretendidos por uma das partes, é bem evidente na guerra israelo-árabe, em que os palestinianos, com muita mestria, os tem usado como forma de propaganda para o exterior, estimulando a força de vontade de outras comunidades a lan-

⁵ Alvin Toffler

çarem-se na aventura da conflitualidade extrema. Tal tem sido, também, a pretensão da nova ameaça terrorista que, de uma forma extraordinariamente conseguida, colocou o mundo inteiro assistir em directo ao ataque e destruição do World Trade Center de Nova Iorque, com os *media*, de seguida, a multiplicarem os objectivos pretendidos pela Al-Qaeda, com as centenas de repetições das imagens, prestando o melhor serviço possível a esta organização, sem que esta o tivesse requisitado. O mesmo viria a acontecer com os ataques em Madrid, corrigindo então a sua actuação, aquando dos ataques em Londres.

Os extraordinários efeitos da propaganda são-nos familiares. Contudo o portentoso poder dos *media* actuando de forma superficial e parcial, directa ou indirectamente manipulados e colocados ao serviço de interesses contrários aos valores de que se sustentam, deve ser considerado com bastante acuidade. De modo algum se pode negligenciar o papel controverso dos *media* na politica, na sociedade e no mundo contemporâneo⁶.

Os meios, as técnicas e as potencialidades da informação, inseridos na área de operações, manuseados e ao serviço de terceiros, que não dos actores supostamente principais e directamente envolvidos no conflito, são e serão um facto incontornável, enquanto não houver capacidade de os rivalizar e, ou de os controlar. Mas esta, já é uma evidência sem retorno.

2.3 – Maior Influência de Outros Actores na Área de Operações

As diferentes Organizações de carácter internacional, governamental e não governamental, hoje com um estatuto privilegiado e reconhecido à escala global, são presença constante nas áreas de conflito, como actores importantes e influentes, cuja actividade constitui um factor a ser considerado a todos os níveis de planeamento e de execução. Por outro lado, os elementos destas Organizações colocados no terreno, naturalmente, tendem a focar a sua missão no topo da escala de prioridades, pelo que se requer especiais cuidados nas acções de ligação e de interacção, quando necessário, sem se alhear o facto de que, com a sua visão particular, se podem constituir em elementos avaliadores, mais ou menos credíveis para as instâncias internacionais, da conduta militar no terreno.

Veja-se, ainda, como as questões de segurança têm reflexos na economia mundial. O mínimo sinal de ameaça à estabilidade, reflecte-se, quase que instantaneamente, no mercado bolsista, que, como se constata, está globalmente interdependente. A Economia, como factor determinante no progresso, desenvolvimento e bem-estar dos povos, contribui decisivamente para a gestação de, por um lado, equilíbrios conducentes à paz e estabilidade social e política, e de, por outro, ao aprofundar de assimetrias conducentes à conflitualidade, normalmente prolongada e com efeitos visíveis durante gerações. Ora, preservar, ou não, infra-estruturas e sistemas da economia local, com afectação directa na sobrevivência da população e da organização política local, devem ser consi-

⁶ CHOMSKY, Noam: A Manipulação dos *Media*, Fev 2003. Editorial Inquérito.

deradas como importantes e até determinantes em situações específicas. Hoje, pela pressão e arbitragem da comunidade internacional globalizada, quem destrói está obrigado a reconstruir, ou seja “quem estraga paga”, mesmo que seja o vencedor da campanha.

2.4 – As Novas Tecnologias – A GUERRA CENTRADA EM REDE (NCW)

Está em curso uma profunda transformação nas forças armadas americanas, decorrente da urgente necessidade de fazer frente às novas tipologias de ameaças e de conflitos, tanto aos que já fazem parte do cenário actual, como aos que se admitem como emergentes.

Esta transformação envolve, fundamentalmente, três vertentes⁷:

- *“A evolução do conceito de defesa para o conceito de segurança, tendo em vista garantir a integração de todas as capacidades do Estado, a unidade de esforço e de direcção na protecção contra as actuais ameaças à integridade territorial, principalmente contra o terrorismo internacional;*
- *A modernização dos métodos de gestão dos assuntos de defesa e agilização da sua estrutura superior (transformação do modo de funcionamento do Pentágono);*
- *E adopção de novos conceitos de operações (transformação da forma como se combate)”.*

É sobre esta última vertente – forma de combater – que nos iremos debruçar, considerando que se tratam de conceitos ainda em fase de desenvolvimento e de maturação. Pela sua própria natureza e complexidade e, também, pela necessária aprendizagem prática, esta conceptualização necessitará de um certo período de tempo que, por imperativos do actual ambiente operacional, não deverá ser demasiado prolongado, com vista a alcançar um estado de doutrina consistente e efectiva.

A novidade na forma de combater, consiste na aplicação prática e conjugada dos conceitos de “Guerra Centrada em Rede” (Networked-Centric Warfare / NCW) e de “Operações Baseadas nos Efeitos” (Effects-Based Operations / EBO). *São assuntos diferentes, mas indissociáveis e concorrentes para o mesmo objectivo de procurar formas mais eficazes de executar operações militares com o mínimo de recursos possíveis, para cumprir determinada missão atribuída e para produzir, de forma bem sucedida, um determinado efeito. Ambos, em conjunto, respondem à necessidade de transformar a forma das Forças Armadas realizarem operações, tirando vantagem das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias⁸.*

Se imaginarmos que poderá vir a ser possível a um comandante, em permanência e em tempo real, localizar no terreno cada um dos seus militares e os diferentes sistemas de armas, e que o mesmo se poderá aplicar a radares, sistemas de vigilância e de observação, diferentes serviços de

⁷ Artigo de Alexandre Reis Rodrigues – Networked-Centric Warfare and Effects Based Operations – publicado em 25Mar04, em www.jornaldefesa.com.pt e baseado em Effects based Operations Applying Networked Warfare in Peace Crisis and War, de Edward A. Smith, CMG da USNavy, na Reserva e analista chefe para a Boeing nas áreas e NCW e EBO.

⁸ Alexandre Reis Rodrigues, Defesa e Relações Internacionais, 77

informação, forças inimigas, unidades, materiais, equipamentos, infra-estruturas, e demais actores da área de operações, integrando todo um sistema, ou sistemas de sistemas, com capacidades para fornecer, em tempo real, apenas à distância de um “click”, toda a informação necessária para a mais rápida e eficaz tomada de decisão, e com isso obter nítida vantagem e superioridade, será mais fácil entender o poder e os benefícios das novas tecnologias aplicadas no planeamento e condução das operações, que irão permitir a prevenção de conflitos, evitar o combate próximo, através da capacidade de antecipação, podendo-se actuar mais sobre a vontade de combater do inimigo do que sobre o inimigo propriamente, diminuindo as perdas humanas e materiais, nomeadamente a destruição de infra-estruturas, que obrigatoriamente teriam de ser reconstruídas no pós conflito.

O NCW, é assim um produto da Era da Informação. É uma das grandes novidades do nosso tempo, cujo alcance, pela velocidade de desenvolvimento, ainda está para além do horizonte, mas que pela intensidade e direcção do vector que já é visível e utilizável, permite desencadear processos novos. Parece-nos ser possível e, sobretudo, necessária a sua aplicação para fazer face aos novos desafios, nomeadamente pelos produtos já disponíveis no mercado, constituindo-se no suporte fundamental para as Operações Baseadas nos Efeitos (EBO).

“Operações Baseadas nos Efeitos (EBO), refere-se ao que as forças armadas, organizadas sob o conceito NCW, podem ser chamadas a fazer para mudar o comportamento do oponente no sentido pretendido, criar-lhe novos estímulos e suscitar as respostas pretendidas. Visa aumentar a eficácia do combate, procurando actuar sobre a vontade do inimigo para o levar a encurtar a luta. Trata do que se pretende alcançar no campo de batalha, recomendando mudanças na forma de decidir os efeitos a alcançar e os meios que para isso devem ser usados, nos termos atrás referidos. O seu foco não se centra em alvos nem na destruição das capacidades materiais do inimigo fazer a guerra, ainda que possa incluir esses elementos. A avaliação não se mede pelo grau de destruição produzido; mede-se, sobretudo, pelas mudanças de comportamento que se tenham conseguido induzir no inimigo”⁹.

Este, será um conceito que não é novo¹⁰. É do consenso geral que em todos os tempos os efeitos estiveram sempre presentes, tanto pela dimensão humana da guerra, como pelos resultados que se pretendiam alcançar com as campanhas, em que a estabilidade foi sempre um objectivo, independente da sua legitimidade. O que é realmente novo, são os enormes benefícios, capacidades e potencialidades proporcionado pela combinação destes dois conceitos, NCW e EBO¹¹

Em todos os tempos, e pelas mesmas razões já apontadas, a evolução tecnológica e as consequentes alterações na aplicação doutrinária levaram a que as formas de planejar e de conduzir ope-

⁹ Extraído e traduzido pelo autor do Doc. NATO do SACO e SACT de 23Ago04, “STRATEGIC VISION: THE MILITARY CHALLENGE”

¹⁰ “Dominar o inimigo sem o combater, isso, sim, é o cúmulo da habilidade”.(Sun Tzu, 500 anos AC, in “A Arte da Guerra”).

¹¹ Alexandre Reis Rodrigues, “Defesa e Relações internacionais”, 77

rações fossem evoluindo, tal como o conceito de emprego de forças. O quadro constante no Anexo 1 ilustra esta evolução.

Perante uma situação, caracterizada pela enorme velocidade de evolução no tempo, que obriga uma grande rapidez nas decisões e nas subseqüentes concretizações, com a agravante de muito rapidamente perder a validade, tornam-se necessários novos e contínuos raciocínios e respectivas aplicações práticas.

2.5 – A Nova Visão Estratégica: O Desafio Militar¹²

Em sede da OTAN, está a ser desenvolvido um processo acelerado de transformação, em que estão a ser pedidos aos países da Aliança contributos no sentido da evolução tecnológica, que sustentem uma filosofia comum de doutrina de planeamento e de emprego de forças, que se pretendem conjuntas e inter-operáveis, no sentido otimizar a eficiência das estruturas do sistema multinacional da Aliança.

Partindo da visão estratégica da Aliança para os próximos 15 anos, a “Strategic Vision: The Military Challenge”, trabalho elaborado conjuntamente pelos *Supreme Allied Commander Operations* e *Supreme Allied Commander Transformation*, pretende, não apenas perspectivar futuras operações, mas também fornecer uma estrutura de trabalho para o processo de transformação, que a Aliança terá de se submeter, para, no futuro, conduzir operações com sucesso. Trata-se de uma matéria de permanente actualização, envolvendo o melhor entendimento das alterações do ambiente de segurança e um trabalho contínuo para transformar as forças militares, tornando-as mais capazes, mais modernas, com maior capacidade de emprego e de projecção.

¹³Assim, na Reunião de 12Abr05, ocorrida no Allied Command Transformation, a “Strategic Vision”, através do TCor Mark Tocher, referiu que o objectivo principal da Visão Estratégica será o de proporcionar uma visão, na qual as futuras operações da Aliança serão planeadas e conduzidas, e, deste modo, orientar a transformação de forças, conceitos e capacidades para as próximas décadas. O aparecimento de ameaças transnacionais, a chuva radioactiva a partir de Estados não cumpridores das normas internacionais, a proliferação de armas de destruição massiva e o uso da Guerra Assimétrica, constituem já as principais ameaças constatadas, que apontam para as seguintes necessidades imediatas:

- As operações serem influenciadas pela Era da Informação;
- Os esforços dos âmbitos político, civil, económico e militar, devem ser coordenados;
- As Forças devem ser projectáveis e com capacidade para se defrontarem com uma larga variedade de tipos de ameaças;

¹² Reflexão sobre o Doc. NATO do SACO e SACT de 23Ago04, “STRATEGIC VISION: THE MILITARY CHALLENGE”

¹³ Briefing do Lt Col Mark Tocher no CD&E/ACT (Norfolk) em 12Ago05, cedido para consulta pelo EMGFA.

- As operações de alta intensidade deverão continuar como referência, e
- Colocar particular ênfase na melhoria da partilha dos serviços de informações e da informação, no investimento na tecnologia e nos conceitos que apoiem as potencialidades permitidas pelo trabalho em rede, na melhoria das capacidades para coordenar esforços com homólogos civis, no desenvolvimento de Forças projectáveis, modulares e disponíveis, e no desenvolvimento de potencialidades para as actividades no pós-conflito.

Neste sentido, apresentou ainda o quadro das grandes alterações das capacidades militares, que se verificam e verificarão na transição do século XX para o século XXI, como a seguir refere:

SÉCULO XX	SÉCULO XXI
Estático	Ágil
Em posição	Mobilidade
Reactivo	Pró-activo
Regional	Global
Massa	Manobra
Atrição	Precisão
Desconflitualização	Coerência
Pontos logísticos de abastecimento	Logística baseada na distribuição integrada
Serviços de Informações Nacional	Serviços de Informações fundidos na OTAN

Reconhecemos esta apresentação como muito importante para o entendimento e compreensão do volume e alcance da transformação, acreditando que o contributo das novas tecnologias irá desburocratizar formas e procedimentos, agilizando e simplificando os mesmos, dado que é imperioso e urgente angariar capacidades para dar respostas rápidas às diferentes situações.

Ainda neste contexto, é importante ter presente que na Cimeira de Istambul da OTAN, na sequência das alterações introduzidas pela Cimeira de Praga, foram reconhecidas as novas ameaças e o seu carácter global, tendo os Estados membros aprovado a intervenção da Aliança fora do seu espaço tradicional, o que aliás legitimou a sua presença no Iraque e, principalmente no Afeganistão, onde, a par do Kosovo, está a ser testado o conceito da NCW¹⁴.

As diferentes lideranças dos países aliados apercebem-se do impacto extremamente desproporcional das ameaças, cada vez mais assimétricas, planeadas e executadas por adversários complexos e com enorme capacidade de adaptação, podendo estas serem iniciadas e apoiadas a partir de qualquer lugar do globo. Mas, sobretudo, dada a natureza potencialmente devastadora das ameaças produzidas, perante as quais as capacidades das Forças Militares tradicionais estão inadequadas para a detecção e neutralização destas mesmas ameaças, o que as tornam, por si só, incapazes de garantir segurança efectiva no médio e longo prazo, impelem os Estados a desenvolverem

¹⁴ Press Release da Cimeira de Istambul.

novas capacidades complementares, no sentido de ser possível gerir a situação antes da ocorrência de um ataque e de agirem com rapidez¹⁵.

Ora, esta necessidade absoluta de pró actividade para facilitar a tomada de decisão, implica um planeamento contínuo, apenas possível com a mobilização activa dos vários elementos do poder (Políticos, Militares Económicos, Sociais, Infraestruturais e Informação). Significa, assim, que a acção militar isolada não é considerada como suficiente para a prevenção e solução dos conflitos, mas que tal será conseguido através da coordenação e integração dos esforços das diferentes componentes (elementos do poder).

3 - OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS – Enquadramento conceptual

Do antecedente, tal como sempre foi ensinado, um dos princípios da ofensiva é: destruir o inimigo, ou a sua vontade de combater. Este princípio, na forma em que é apresentado, pressupõe que a destruição física prevalece sobre a vontade inibidora de fazer frente, constituindo uma medida radical, eficaz e redutora a outro tipo de soluções possíveis. Ora, como se pode aperceber, os dramas humanos próprios do campo de batalha e os respectivos efeitos colaterais, já não constituem relatos de ficção à posteriori, mas, por via da moderna tecnologia da informação, como factor preponderante da globalização, são um espectáculo em directo, à escala global, com reacções imediatas de toda a ordem, evocando os mais diversos domínios, desde o humanitário, ao direito, ao económico e outros, susceptíveis de comprometer não só o resultado final, como o decurso normal das operações militares, com custos negativos que se poderão vir a reflectir no interior do próprio agressor, implodindo nos seus próprios sistemas de poder. Porém, as EBO conduzem-nos exactamente ao inverso, ou seja, privilegiar a acção sobre a vontade do adversário, remetendo a acção física como meio, ou passo decisivo, indispensável e inevitável para alcançar o estado final desejado, quando esta seja a única alternativa.

Hoje, nos Estados Ocidentais com democracias consolidadas, constata-se como a vontade dos cidadãos por um lado, e dos governos por outro, é influenciada de forma a evitar o recurso à força, ou à violência, optando-se, antes, pelo uso ou pela demonstração de meios letais. Medidas internas e externas de carácter político, manifestações, o uso dos meios de comunicação social, etc., alteram e mantêm situações de acordo com os valores em causa.

3.1 - A Proposta OTAN¹⁶

Como já foi referido, a OTAN, como organização política de defesa militar, líder à escala mundial e enformada com base nos valores da cultura social e política ocidental, donde emerge o desenvolvimento económico e científico de referência, face às profundas alterações de conteúdo e

¹⁵ Maj Viegas Nunes – Curso “Guerra de Informação/Competitive Intelligence” na AM, 6ª Sessão.

¹⁶ Reflexão sobre os conceitos veiculados no Doc CONCEPTS FOR ALLIANCE FUTURE JOINT OPERATIONS (CAFJO) – DRAFT de 25Ago05.

forma da ameaça, procura uma resposta rápida, através da adaptação das suas capacidades e da reforma dos conceitos, com vista à prevenção e solução de conflitos.

Se o aumento das capacidades está directamente relacionado com o desenvolvimento das inovações tecnológicas, aqui identificado com o NCW, já os conceitos, assentes nas capacidades tecnológicas derivam da premente necessidade de se fazer frente às actuais ameaças, que se enquadram num ambiente de segurança complexo e multidimensional, em que a Aliança terá que operar, de modo a projectar estabilidade, garantir a segurança das Nações aliadas e demais Parceiros, dissuadir adversários, deter agressões e, se necessário derrotar um adversário em todo o espectro do conflito. É também, em ligação com outros países aliados não-OTAN e da Parceria para a Paz, que a Aliança pretende alcançar capacidades para conter a proliferação de armas e as ameaças assimétricas do terrorismo.

Como nenhuma nação isolada, entidade ou organização, possui o conjunto das capacidades necessárias para actuar de forma independente, a Aliança deve adoptar uma aproximação mais holística¹⁷ para a segurança, colocando ênfase na necessidade do contributo de forma integrada e concertada das componentes política, militar, civil (que inclui o constrangimento legal) e económica. Esta ampla aproximação irá então realçar o talento da Aliança para, adequadamente no concerto das Nações, obter o acordo interno e externo para actuar dentro e fora da sua Área de Responsabilidade, explorando o máximo alcance das suas capacidades de intervenção. Além disso, deverá ser dada ênfase ao uso alargado das potencialidades proporcionadas pelo trabalho em rede, à interacção com autoridades não militares (agencias e organizações) e ao diálogo com nações não-OTAN contribuintes com tropas e outros actores. É desta forma que a OTAN aponta que uma aproximação às Operações Baseadas nos Efeitos oferece uma solução viável para responder, de forma holística e adequada, aos desafios do futuro.

A Aliança conclui que deve adaptar a sua postura militar para reagir aos desafios com rapidez, precisão e flexibilidade, pelo que as suas forças devem possuir a capacidade efectiva para serem projectadas onde quer que venham a ser necessárias e, nesta conformidade, as futuras forças terão de ser ágeis, conjuntas e expedicionárias, organizadas e talhadas especificamente para a missão, com capacidade para operar em todo o espectro do conflito, serem rapidamente projectáveis e sustentáveis, independentemente da duração e do ritmo exigido pelas operações. Devem dispor de superioridade tecnológica, serem apoiadas por uma logística multinacional integrada e apetrechadas para operarem inseridas num ambiente trabalhado em rede. Preparadas para rapidamente se readaptarem perante as alterações das circunstâncias e com capacidade para integrarem forças não-

¹⁷ Holístico – relativo a holismo; que procura um entendimento integral dos fenómenos.

Holismo – abordagem no campo das ciências humanas e naturais, que dá prioridade ao entendimento integral dos fenómenos, em oposição ao procedimento analítico em que os seus componentes são tomados isoladamente (por ex. a abordagem sociológica que parte da sociedade global e não do indivíduo).

(Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – Instituto António Houaiss de Lexicografia Portugal – Pub. Temas e Debates).

OTAN e interagir com autoridades civis, organizações não governamentais e outras diferentes agências. Daqui se deduz que a cooperação Civil-Militar deverá ser desenvolvida em todos os níveis, como forma de reduzir as causas de agressão contra a OTAN, não apenas as que têm origem nos antagonismos, quer os de carácter primário, quer os intencionalmente provocados, mas também as que emanam das próprias vulnerabilidades internas.

3.2 - A Proposta da Assembleia Inter-Parlamentar Europeia de Segurança e Defesa

Também a União Europeia, através da Assembleia Inter Parlamentar Europeia de Segurança e Defesa, elaborou em 14Jun05 a Recomendação N° 762, intitulada “*As Operações Centradas em Rede: as Capacidades Europeias*”, em que aponta a necessidade dos Estados membros trabalharem em conjunto e no sentido de acordarem num conceito comum, destinado a adquirirem a sua interoperabilidade e eficácia nas acções cometidas no quadro da PESH ou da OTAN.

A par das capacidades C4ISR, em que aponta o C4 como o coração do sistema e desenvolve o conceito ISTAR, recomenda, também, a procura de uma capacidade comum, desejada, com a OTAN, sendo a AED responsável por definir as tecnologias centradas em rede europeias, necessárias para as missões da PESH e para a interoperabilidade com a Aliança, instrumentos necessários para, isoladamente ou em conjunto com esta Organização, poder conduzir operações baseadas nos efeitos.

Resumindo, a Aliança, e, também agora, a Agência Europeia de Defesa, pretendem obter o máximo benefício das tecnologias emergentes, como forma de continuar a liderar o avanço tecnológico, garantir a superioridade operacional e daí retirar vantagens. Assim, a Aliança e a AED, caminham no sentido de centrarem a sua atenção no elemento humano e admiti-lo como objectivo e factor influenciador no plano estratégico, independentemente do desenvolvimento das novas capacidades e tecnologias.

Estará na esteira desta recomendação, a “*Capability Improvement Chart I / 2005,*” do Conselho da União Europeia (ver Anexo 2). O recente discurso de Javier Solana (ver Anexo 3) vem confirmar a aposta da Agência Europeia de Defesa na investigação e tecnologia, que considera como um imperativo para a defesa europeia.

Estas tecnologias irão possibilitar a concentração de uma grande massa de informações disponíveis sob os seus diversos formatos, dando-lhe o tratamento necessário que permitirá obter uma imagem holística do ambiente operacional e, de seguida, identificar os alvos prioritários a serem tratados. Estes são definidos por ordem de prioridades estratégicas, operacionais e táticas e separados em grelhas que serão tratadas em função do efeito que se pretende obter, com o objectivo de degradar o sistema adversário, de forma progressiva e de modo a que este atinja um ponto de não retorno.

Fica claro que o conceito de Operações Baseadas nos Efeitos não está limitado pelos aspectos militares das operações. Inclui também elementos de ordem política, económica, civil, sistémicos e psicológicos, por exemplo. Que, se por um lado visa desgastar o potencial militar adversário e degradar os respectivos sistemas, simultaneamente, procura evitar a destruição em demasia de equipamentos e de infra-estruturas e minimizar as perdas humanas, de modo a facilitar a fase de estabilização e de reconstrução que se segue ao fim do conflito. E, neste contexto, é ainda importante referir que, desde o início das operações, deve ser tomada em consideração a interacção entre os actores militares e civis, como por exemplo as organizações humanitárias e não governamentais.

Este novo conceito não exclui as acções de grande envergadura, especialmente com o emprego massivo da força dirigido para os locais estratégicos, sempre que for considerado como inevitável este tipo de empenhamento para alcançar os efeitos desejáveis. Assim aconteceu com os bombardeamentos de Bagdad em 21/22Mar03, ou com os sucessivos ataques contra as unidades e instalações da Guarda Republicana iraquiana.

3.3 - Os Instrumentos do Poder

Tendo sempre como base de partida a improbabilidade da acção militar conseguir resolver, por si só, os problemas ou crises geradas e desenvolvidas num ambiente de segurança tão complexo e multidimensional como os que, actualmente, nos defrontamos, então onde estão os meios que, isolados ou integrados, podem ser assumidos como solução?

Como preconiza a Aliança, e já anteriormente referido, será na integração de todos os instrumentos do poder que reside a possibilidade de se desenvolver e analisar uma ampla panóplia de relações entre acções e efeitos, dispondo e possibilitando a melhor resolução para as crises, tal como refere a “Strategic Vision”: *a aplicação integrada e abrangente de todos os instrumentos do poder da Aliança, militares e não militares, poderão alcançar resultados desejáveis.*

Os instrumentos do poder considerados pela Aliança são: o Político, o Económico, o Civil e o Militar. Interessa, então, definir, sob uma perspectiva militar, o que cada um destes instrumentos pode contribuir:¹⁸

- **Político:** *o instrumento político tem a ver com o uso do poder político e diplomático para influenciar um adversário, ou criar condições de vantagem para a Aliança. Envolve esforços, dentro e entre as várias organizações, regionais e internacionais, para resolver uma crise, evitar conflitos e desenvolver uma percepção de possíveis adversários.*
- **Económico:** *o uso do instrumento económico, geralmente, refere-se a incentivos ou desincentivos financeiros, apontados a uma determinada crise. Por exemplo, acções do Fundo*

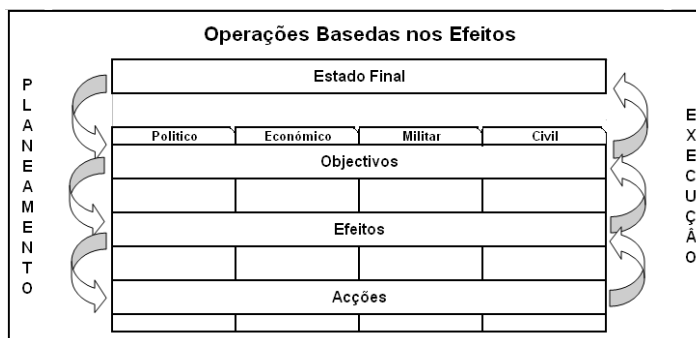
¹⁸ CAFJO, draft de 25Ago05

Monetário Internacional e/ou do Banco Mundial, podem ser implementadas numa região identificada com a pobreza, a fim de mitigar os efeitos negativos que possam contribuir para a destabilização.

- **Civil:** o instrumento Civil relaciona-se com aspectos de ordem judicial, policial, educacional e infra estruturas do poder da Aliança e pode fornecer acesso à ajuda médica, alimentar, energética, água e capacidades administrativas, por parte de Nações e Organizações Não Governamentais. A troca de informação criminal, a influência ou assistência ao desenvolvimento do sistema judicial e intercâmbios educacionais, são exemplos como o instrumento civil pode ser aplicado. Dependente das circunstâncias, pode ser usado separadamente ou juntamente com o instrumento militar.
- **Militar:** o mais claro instrumento identificado é o militar, onde o uso das suas capacidades, incluindo a ameaça de força, é aplicado para alcançar o resultado desejado.

Uma aproximação às Operações Baseadas nos Efeitos, proporciona e facilita a integração destes instrumentos, conferindo maior flexibilidade para a tomada de decisões. Tal, significa que, identificado, com precisão, o principal utensílio de poder adversário ou o ponto de intercepção de seus diferentes instrumentos, que evidencie as vulnerabilidades e as fragilidades, o mesmo possa ser atingido com precisão e oportunidade, por um ou mais instrumentos do poder da Aliança. É uma decisão do nível estratégico, pela análise holística e dinâmica do ambiente operacional em questão, pretendendo alterar o comportamento do adversário e, desejavelmente, de forma preventiva, minimizando eventuais impactos indesejados. O instrumento militar nem sempre terá que ser empregue, pelo menos de forma directa.

Para a melhor compreensão da natureza de uma Operação Baseada nos Efeitos, terá de se entender como se relaciona o



(fonte: CAFJO)

estado final (*end-state*) e as acções a tomar, conforme esta figura e as definições constantes no Apêndice 3 (**Glossário de Conceitos**), nomeadamente de Estado-Final, de Objectivo, de Efeitos (neste caso, um vasto conjunto de definições) e de Acção.

Importa não confundir *efeitos* com *acções*, dado que os efeitos são o resultado das acções. Assim, as EBO são focadas nas acções e nos efeitos, para influenciar o comportamento e as atitudes de actores, que inclui, entre outros, aliados, neutrais, adversários, o ambiente civil e a comunidade internacional, para ser alcançado o estado-final da Aliança.

O estado-final e os objectivos estratégicos associados, são identificados e definidos ao nível político e aconselhados pelo nível político-militar. Eles proporcionam uma descrição completa do

ambiente, esclarecendo as mudanças necessárias dentro do mesmo para alcançar o estado-final, e atribuindo a responsabilidade primária, dentre os diferentes instrumentos do poder da Aliança, pelo alcançar dos objectivos e pela criação de efeitos. Enquanto a integração é necessária a todos os níveis, as EBO são mais evidentes e claras nos níveis estratégico e operacional. Ao nível táctico, as EBO são de natureza contextual.¹⁹

3.4 - Os Efeitos

Os efeitos são o elemento base e essencial do presente trabalho. Constituem o papel principal das EBO. Diversos autores têm publicado a sua visão sobre esta temática. Neste trabalho, vamos tentar arrumar o edifício conceptual e as definições, baseando a nossa abordagem, contudo, na proposta da OTAN²⁰, embora se recorra àqueles autores, sempre que for pertinente, para uma melhor compreensão e enquadramento doutrinário.

Assim, os efeitos constituem a relação directa entre o estado final e os objectivos, decorrentes das directivas políticas, resultando das acções a executar na área de operações. Podemos afirmar que os efeitos, para além de incidirem sobre o comportamento e as atitudes, também poderão exercer a sua influência nas capacidades e nas opiniões de adversários, neutrais, aliados e, também, no ambiente civil. Os efeitos jogam-se na relação entre objectivos e acções, reiterando-se o postulado de que os efeitos são consequências das acções.

Os efeitos podem ser agrupados em dois domínios: o *físico* e o *cognitivo*. Embora todos os efeitos físicos também representem, de alguma forma, efeitos no domínio cognitivo, a sua finalidade primária é atingir as capacidades físicas do adversário. Já os efeitos cognitivos estão principalmente dirigidos e relacionados para e com a vontade do adversário.

Tanto os efeitos físicos como os cognitivos, podem ser classificados como *desejáveis*, *não desejáveis*, *intencionais* e *não intencionais*. As definições, facilmente dedutíveis, destes conceitos, constam do Apêndice 3 (Glossário de Conceitos).

Os efeitos também podem ser categorizados como primários (ou de primeira ordem), quando são o resultado directo de uma acção; ou de ordens subsequentes, quando de um efeito deriva um (ou mais) efeito (s) e assim sucessivamente (efeitos de 2ª, 3ª, ... Ordem).

Das várias definições/categorias de efeitos (gloss/conc), interessa, ainda, caracterizar o conceito de efeitos directos e efeitos indirectos (doc Reginald Williams). Os Efeitos Directos são imediatos e de primeira ordem, resultantes de acções directas sobre o principal alvo a atingir. Já os Efeitos Indirectos, são o resultado de acções indirectas sobre o alvo principal, ou seja, são os efeitos criados por uma acção directa sobre um alvo periférico. Estes últimos, à medida que vão, sucessivamente, afectar outros alvos, que poderão ser de natureza funcional, sistémica ou psicológica, até

¹⁹ Adaptado do documento "CAFJO", draft de 25Ago05

²⁰ CAFJO

atingir o alvo principal, transformam-se em efeitos de 2^a, 3^a ou “n” ordem, conforme ilustra a figura 1 do Apêndice 2 (**Diagramas**).²¹

Os efeitos físicos, são normalmente efeitos de 1^a ordem. As alterações que provocam resumem-se a danos locais, susceptíveis de serem contabilizados, em que a capacidade de recuperação do sistema é elevada; sendo o seu valor, em termos do estado final, baixo. Geralmente ocorrem em ambiente esclarecido. Os efeitos sistémicos decorrem dos anteriores, pelo que são indirectos, de 2^a e 3^a ordem. As alterações que provocam propagam-se através do sistema, causando danos. Esse sistema, é susceptível de se adaptar e de evoluir, sendo a sua capacidade de recuperação, medida através da sua “performance”; de valor médio. Geralmente ocorrem em ambientes complexos. Já os efeitos psicológicos, que também são indirectos de 2^a, 3^a, n ordem, produzem alterações que se propagam através do sistema, constituindo-se como efeitos destrutivos, sem possibilidade de recuperação. Neles, as alterações de atitude são o indicador de sucesso. Tais efeitos são do mais elevado valor e desenvolvem-se, também, num ambiente complexo.

A OTAN define quatro funções como base conceptual das EBO: o Desenvolvimento na Base do Conhecimento; o Planeamento Baseado nos Efeitos; a Execução Baseada nos Efeitos; e a Avaliação Baseada nos Efeitos. Pela sua importância, cada um destes conceitos vai ser, mais adiante, por nós explanado em capítulos individualizados

3.5 - Operações no Domínio Cognitivo

Segundo Edward Smith²², as operações ocorrem em três domínios: o domínio físico, o domínio da informação e o domínio cognitivo (São conceitos relativamente diferentes dos definidos pelo recente Regulamento de Campanha-Operações).

O domínio físico é o tabuleiro onde ocorrem as acções físicas militares (terrestres, marítimas e aéreas). Inclui, também, o espaço (de acordo com a doutrina dos EUA). O domínio da informação é a área do tratamento, utilização e partilha da informação, mormente a essencial para o apoio à decisão. Nela têm lugar as actividades do Comando e Controlo (C2). Já a decisão e todo o processo mental da sua construção, por parte dos Comandantes, a todos os níveis, insere-se no domínio cognitivo. Daqui se extrai, claramente, que o domínio da informação é a ponte vital entre os domínios físico e cognitivo. Daí também se infere que a superioridade da informação e a sua partilha garante uma valiosa vantagem para uma decisão mais rápida e segura, conducente ao sucesso das operações militares. Falamos, mais uma vez, das potencialidades da Guerra Centrada em Rede (NCW), como apoio determinante para as Operações Baseadas nos Efeitos, dado que aos Comandantes são proporcionados elementos que lhes irão permitir arquitectar soluções com mais exactidão e criatividade.

²¹ Maj Viegas Nunes – Curso “Guerra de Informação/Competitive Intelligence” na AM, 6^a Sessão.

²²Edward A. Smith, “Effects Based Operations – in Peace, Crisis and War”. 2002,pg 43.

Para Edward Smith, moldar comportamentos significa conduzir operações no domínio cognitivo. Efectivamente, quando o próprio define as EBO como acções dirigidas para alterar comportamentos de aliados, neutros e inimigos, está nitidamente a transferir este modelo de operações para o domínio cognitivo.

O domínio cognitivo é o lugar das funções da compreensão, onde a situação faz sentido, onde se avaliam as alternativas e se decide sobre uma modalidade de acção. Este processo assenta parcialmente no raciocínio consciente, no domínio da razão e, parcialmente, sobre modelos mentais do sub consciente, o domínio da crença. Ambos, raciocínio e crença são pré-condicionados pela cultura, educação e experiência. Do ponto de vista de um estímulo e do modelo de resposta das EBO, o domínio cognitivo é onde o estímulo, na verdade, produz alguma resposta e altera o ambiente. Tal é o objectivo real de qualquer EBO.

É interessante verificar a forma como este autor evoca, como exemplo ilustrativo, o processo de decisão do Coronel John Boyd, da Força Aérea dos EUA, que a partir da observação da superioridade no combate aéreo na guerra da Coreia, introduziu a ideia de um processo de decisão mental, em pleno voo, que confere a vantagem de ser mais rápido, que o adversário, a agir ou reagir, tanto em termos cognitivos como ao nível físico.

Orientado para o combate aéreo, este processo cíclico de decisão, conhecido por “ciclo OODA”, consiste em um piloto de combate Observar primeiro a presença ou actividade de um piloto adversário; Orientar (no sentido de concentrar) a sua atenção sobre o que foi observado e analisar; Decidir sobre a modalidade de acção a adoptar; e Actuar de acordo com a mesma. Ora, no caso do piloto adversário utilizar o mesmo método, vence o que for mais rápido a fechar o ciclo de decisão. O que este exemplo pretende provar é a mais valia, em termos de superioridade, conferida pela rapidez do ciclo da decisão, dado que é a mesma pessoa que observa, analisa, decide e executa, sem recorrer a um canal de comando, ganhando tempos preciosos que lhe confere a chave do sucesso. O realce está no factor tempo, em função da informação mínima, mas pertinentemente suficiente para decidir e agir. Está-se perante um C2 descentralizado ao máximo. Somente uma Força com um processo de C2 descentralizado poderá conseguir atingir aquele objectivo, uma vez que, se a informação resultante do processo de observação tiver de passar através da cadeia de comando, a orientação e a decisão vão ser tendencialmente dirigidas (e dissipadas) a partir dos escalões superiores. Desta forma, a ordem que mobiliza a acção terá também que ser transmitida ao longo do circuito descendente da cadeia de comando, adicionando, ainda, um maior atraso ao processo de decisão. A superioridade de decisão transforma-se, assim, numa vantagem operacional, razão pela qual se procuram soluções inovadoras que permitam encurtar o ciclo de decisão e facilitar a actuação operacional da Força. Dentro deste contexto, a adopção de modelos de C2 descentralizados e integrados em rede surge como uma possibilidade a explorar. Relativamente às

formas tradicionais de decisão, a grande diferença que o funcionamento em rede introduziu foi a possibilidade de encurtar os processos de observação e de orientação (análise), permitindo integrar sensores e decisores numa mesma rede e produzir ciclos de decisão mais rápidos. O Comandante terá agora essencialmente de decidir e agir, com base na informação disponível, pois o tempo associado à percepção da situação (observação e orientação) é cada vez mais curto.²³

É no âmbito do domínio cognitivo que se procuram criar efeitos psicológicos para moldar os comportamentos. O tipo de acções a desenvolver resulta da observação atenta sobre o adversário e sobretudo da percepção que esta observação produz no observador, o que significa que estes efeitos são observáveis. Assim, cada acção deverá ser gizada sob o ponto de vista do observador e, nesta perspectiva, o observador vê e reporta, não só o que é feito, mas também o como é feito. *O processo cognitivo, através do qual o homem percebe e decide, é claramente o centro humano da guerra.*²⁴

4. DESENVOLVIMENTO NA BASE DO CONHECIMENTO.

A filosofia doutrinária que preside à nova forma de pensar e conduzir as melhores soluções para as situações de crise e de conflito, centra-se na superioridade da informação, disponibilizada pelas potencialidades do desenvolvimento tecnológico, que oferece e permite uma superioridade na decisão. Ou seja, quanto mais e melhor informação estiver disponível, maior será a capacidade e a qualidade do planeamento, tendo em vista o sucesso da missão em causa. Um melhor conhecimento da situação, conduz, indubitavelmente, a maiores certezas e segurança na decisão, o que lhe dá uma superior vantagem sobre um potencial adversário, já que permite actuar em antecipação, ou no momento mais indicado, nomeadamente empenhando os diferentes instrumentos do poder, de forma isolada ou combinada e ainda, se for caso disso, com graus de empenhamento faseados, conforme o que for mais adequado para a situação.

A enorme vantagem da superioridade da informação e da consequente superioridade da decisão reside em três factores da maior importância, a todos os níveis: evitar a surpresa, garantir a iniciativa e reduzir os riscos.

Nenhum Estado, Organização ou Comandante aprecia a surpresa contra si próprio e tudo faz para a evitar. Hoje, as questões relacionadas com a segurança nacional e internacional debatem-se exactamente com esta verdade. Os exemplos mais recentes levados a cabo pelo terrorismo internacional são paradigmáticos.

²³ Maj Viegas Nunes – Lição Inaugural do Ano Lectivo 05/06 da AM.

²⁴ Edward A. Smith, “Effects Based Operations – in Peace, Crisis and War”. 2002

Consignada na doutrina e na experiência prática, a iniciativa é o princípio tático de maior valor, se não mesmo o único, que permite agir e reduzir um adversário ao estado que lhe pretendemos impor.

Alcançar o sucesso da campanha, com riscos mínimos, totalmente identificados, quantificados e acautelados, é a meta ambicionada por todos os planeadores, decisores e executantes. Neste sentido, a tarefa determinante para obter a superioridade desejada consiste em analisar os principais factores, tais como o político, o militar, o económico, o civil (social e cultural), o infraestrutural, o informacional, etc., de um potencial ou efectivo adversário, obtendo uma visão detalhada e holística do ambiente operacional em apreço, de forma a permitir à Aliança, em tempo e fazendo uso dos instrumentos do poder disponíveis e mais adequados para a situação, actuar com eficácia e correndo os riscos mínimos admissíveis. A esta actividade, que é contínua e proporciona um amplo conjunto de informações relacionadas com a área de operações (sob o ponto de vista dos aliados, neutros, adversários e actores civis) e viabiliza a percepção das ligações entre actores e todos os elementos essenciais e necessários para planejar e conduzir as EBO, denomina-se de **Desenvolvimento na Base do Conhecimento (KBD)**.

5 - O PLANEAMENTO BASEADO NOS EFEITOS (EBP)²⁵

De acordo com a documentação disponibilizada, até ao momento, pela OTAN, o EBP ainda é tratado de um modo muito genérico, em que o seu objectivo é produzir um plano integrado, tendo em vista os efeitos necessários para se atingir o estado final pretendido. Visa, essencialmente, identificar as acções que, aplicadas de forma integrada e sincronizada, centradas nos centros de gravidade de um adversário e atacando, ou influenciando, as respectivas vulnerabilidades críticas, criarão efeitos intencionais. Estabelece que as acções originalmente planeadas dentro do domínio militar, deverão ter em consideração os efeitos que irão provocar noutros domínios, nomeadamente no diz respeito à protecção de infra-estruturas civis e a salvaguarda da população afectada.

Este processo de planeamento é conduzido a todos os níveis de forma paralela e interactiva. Assim, a partir do momento em que existe uma decisão política para responder a uma situação de crise, o Nível Estratégico Militar passa a coordenar com os outros instrumentos do poder da Aliança, a cooperar e a harmonizar a sua intenção com as diferentes Organizações em presença, considerando o amplo espectro das relações de apoio. Ao mesmo tempo, o Nível Operacional Militar planeia o desenvolvimento dos efeitos no âmbito daquele nível e das modalidades de acção a adotar, tendo em vista a intenção superiormente determinada. Para a condução do Planeamento Estra-

²⁵ Effects Based Planning.

tégico, o Comandante militar do Nível Operacional recebe uma visão geral estratégica e orientações, contendo²⁶:

- Um conjunto de efeitos estratégicos contribuintes para o alcançar do estado final;
- Uma atribuição de responsabilidades pela realização e integração de efeitos na máxima dimensão possível, incluindo as relações dos diferentes apoios em termos dos instrumentos do poder da Aliança e outras Organizações;
- O alcance das acções estratégicas consideradas;
- Uma indicação ampla dos recursos disponíveis para contribuir para a execução do plano por parte dos instrumentos do poder da Aliança.

Este planeamento é mais vocacionado para a criação de efeitos para conseguir os objectivos estratégicos desejados, do que para a determinação de tarefas. A importância do trabalho em rede está no seu determinante contributo para a execução de um planeamento cooperativo e paralelo. (CAFJO)

5.1 – Analisar as Modalidades de Acção de Uma Forma Diferente?

Embora seja relativamente recente, o conceito de EBO não foi, ainda, oficialmente contemplado na doutrina actualmente em vigor, o que se compreende, dada a discussão ainda em curso sobre a matéria. Contudo, considera-se muito pertinente referir o estudo publicado por Major Reginald Williams²⁷, da Força Aérea dos Estados Unidos que, com base no JP 3-30 - *Command and Control for Joint Air Operations*-, procura adaptar o processo de planeamento (*Joint Air Estimate Process*), numa perspectiva da metodologia das EBO, analisando onde a mesma difere dos procedimentos e técnicas definidas pelo JP 3-30. (ver Anexo 4)

No primeiro passo, “Análise da Missão”, não há grandes alterações a considerar, dado que quando se definem as diferentes tarefas, implícitas e explícitas, também devem ser identificados os efeitos desejados, associados aos objectivos. Nesta consonância, a missão restabelecida, a intenção do comandante e o estado final pretendido, deverão ser expressados com recurso ao léxico das EBO.

Já no segundo passo, “Desenvolvimento das Modalidades de Acção”, é onde resulta o maior impacto ao implementar a metodologia das EBO, dado que é o momento de determinar a prioridade, a sequência, o faseamento e a orientação do esforço relativamente aos objectivos operacionais, aos objectivos táticos e às tarefas do nível tático. Assim, ao trabalhar em função de EBO, ao se proceder ao levantamento das várias M/A, dever-se-á, também, determinar os “Efeitos Desejáveis” (Directos e Indirectos) e determinar os potenciais “Efeitos não Intencionais”. A determinação dos Efeitos Desejáveis, tanto os Directos como os Indirectos, obedece a um conjunto de questões:

²⁶ CAFJO

²⁷ Major Reginald J. Williams/Mr Rocky Kendall, “An EBO Methodolgy Based on Joint Doctrine”.

- O que me leva a acreditar que as acções a tomar, resultarão em efeitos desejáveis?
- A probabilidade dos efeitos atingirem os objectivos (o que me leva a acreditar em tal?).
- Como saberei quando serão obtidos os efeitos?
- Que reacção espero do inimigo e porquê?
- Quais os indicadores que identificarão o sucesso ou o insucesso na obtenção dos efeitos?
- Qual a minha convicção global das questões anteriormente referidas, em termos de lógica?
- A determinação dos potenciais Efeitos não Intencionais, levanta um outro conjunto de questões:
- Probabilidade destes efeitos ocorrerem e porquê.
- Impacto (positivo e negativo) nos Objectivos do Escalão Superior.
- No caso de impactos negativos, como poderão ser evitados.
- Quais os indicadores que permitem saber se/ou quando ocorreram Efeitos não Intencionais?
- Que riscos estão associados aos Efeitos não Intencionais? São eles aceitáveis?
- Ainda segundo este autor, a Análise, a Comparação e a Selecção das Modalidades de Acção, vistos sob a óptica das EBO, já serão passos muito pouco diferentes do preconizado pela actual doutrina. Salienta, porém, que é ao nível da análise das Modalidades de Acção que: previamente são desenvolvidos os aspectos relacionados com os efeitos desejáveis; se efectua a escolha do momento certo; se faz a previsão das reacções do inimigo; se prevê quais os efeitos não intencionais e a lógica; das acções, etc. Tal irá aumentar, substancialmente, a capacidade de análise.

As M/A, como é sabido, são raciocínios para determinar o **como** se vai cumprir a missão. Não se visualiza aqui uma alteração por subtracção, mas sim um mecanismo conceptual que pretende ir mais além no esforço de raciocínio, por acréscimo de novos elementos em função de uma nova metodologia para se cumprir a mesma missão com uma diferente utilização dos meios. Assim, pretende-se obter resultados mais consentâneos com as exigências actuais, em termos dos valores humanos, económicos e ambientais que caracterizam os dias de hoje.

Neste caso, e decorrente do que vem sendo referido, torna-se necessário pensar, “jogar” e priorizar a utilização integrada de meios letais e não letais, explorando-se ao máximo as capacidades destes últimos.

Estamos então em condições de perceber a importância dos termos *coerência* e *sincronismo*, que não raras vezes aparecem citados e realçados por vários autores. Efectivamente, sendo já elementos do raciocínio corrente no planeamento das operações, a informação disponível, com origem diversa, volume e a pertinência desejada, percorrendo, simultaneamente, toda a cadeia de comando; o vasto conjunto de acções simultâneas e de diferente tipologia; o volume de actores presentes concorrendo para o mesmo estado final pretendido, sob uma ênfase cognitiva, obrigam,

todos eles, a um esforço acrescido de meticulosidade na determinação das acções que, podendo ser de tipo diversificado e com origem em diferentes forças ou componentes da força, deverão resultar em efeitos coerentes, não desviantes do estado final a atingir. Do mesmo modo, o sincronismo exige cuidados importantes, nomeadamente na determinação da sequência e faseamento das acções ao nível do planeamento, mas também, e como adiante se verá, um apertado controlo ao nível da execução, o que exige um comando e controlo centralizado, mormente na conjugação do uso dos meios letais e não letais.

5.2 - A Questão do Centro de Gravidade

Uma outra questão que se coloca, relaciona-se com a localização do Centro e Gravidade. A actual doutrina (NC-20-77-05 – Arte Operacional), sem dúvida, de influência Clausewitziana, admite que o CoG, ao nível estratégico, também pode ser materializado no poder de um regime, na vontade de uma população, no nacionalismo étnico, ou seja no domínio cognitivo (da moral). Porém, na definição dos CoG, aos níveis Operacional e Tático, este domínio não é contemplado.

Joseph L. Strange e Richard Iron²⁸ questionam a forma como a OTAN tem interpretado o conceito Clausewitziano de CoG nomeadamente quando uma força militar é citada como exemplo de CoG, dado que o potencial da mesma reside essencialmente em factores anímicos. Segundo estes autores, Clausewitz aceitaria o conceito das EBO, dado que um CoG existe por causa dos efeitos sobre o inimigo, quando o mesmo é atingido e não por causa das inerentes capacidades que possui e apontam o seguinte exemplo:

“... Em 1991, a Guarda Republicana constituiu um CoG, não só porque estava bem treinada e equipada, mas também por ser uma ameaça para o VII Corpo. Foi novamente, em 2003, identificada como um CoG, porque era vital para a defesa de Bagdad. Contudo, numa visão retrospectiva, verificou-se que os “Fedayeen” rapidamente se constituíram numa preocupação maior, dada a sua atrição nas localidades ao longo da linha de reabastecimento vinda do Kuwait. Enquanto os Curdos “peshmerga” devem ter visto com satisfação combater os “Fedayeen”, a Guarda Republicana, com o seu superior poder de fogo, mobilidade e protecção constituía o mais potente Centro de Gravidade. Assim, os CoG são definidos sem ter em conta as relações entre as duas forças. Embora o Centro de Gravidade Operacional do Iraque devesse ter sido a Guarda Republicana contra os Curdos, acabou por ser as forças assimétricas “Fedayeen” contra a Coligação.”²⁹

Como actualmente se verifica, as forças da Coligação debatem-se com uma situação que entrou no campo da complexidade, transparecendo a gravosa ideia de perda de controlo da mesma, pelo acumular de efeitos não intencionais, decorrentes tanto das próprias acções como das acções das

²⁸ Joseph L. Strange and Richard Iron – “Center of Gravity, What Clausewitz Really Meant”.

²⁹ Tradução do autor.

forças irregulares que se lhes opõem, o que está a conduzir ao prolongamento da campanha, sendo credível que o mesmo não condiga com o estado final, inicialmente pretendido. Este facto dever-se-á a um erro de avaliação na determinação dos CoG? É uma questão muito interessante e não menos pertinente, quando está em causa a Potência Hegemónica, que beneficia dos meios e da tecnologia de topo e, com base nesta, desenvolve, desde há mais de uma década, o conceito de Operações Baseadas nos Efeitos. A resposta a esta questão, levantada por Joseph L. Strange e Richard Iron, constituiria, por certo, matéria de extrema relevância para ser, noutro espaço, devidamente aprofundada.

Apesar de a actual doutrina não contemplar os CoG nos níveis operacionais e tático, verificamos assim que no primeiro devem ser tidos em consideração e no segundo não podem ser ignorados.

A Força de Defesa Australiana (*Australian Defence Force*) recorre ao modelo probabilístico de pesquisa operacional “Bayesian” no apoio ao planeamento operacional, através do qual decompõe o CoG para determinar as suas fraquezas e vulnerabilidades, para daí passar ao estudo e análise das Modalidades de Acção³⁰.

O “Center of Gravity Network Effects Tool” (COGNET), usa redes probabilísticas para representar as relações entre as capacidades críticas e os requisitos para construir um Centro de Gravidade. Estas redes fornecem uma representação visual da estrutura causal do CoG para clarificar o pensamento e, ao mesmo tempo, fornecem um método útil para registar e divulgar este pensamento, fazendo também uso das técnicas “bayesianas” para definir quais as acções mais indicadas para se atingir o estado final desejável. A análise do CoG é um aspecto integral e cognitivamente exigente no planeamento operacional. Implica identificar os CoG amigos e inimigos e, na sequência, determinar as vulnerabilidades críticas, que devem ser diminuídas ou negadas para influenciar o CoG de cada lado. A compreensão das relações entre o CoG e as capacidades e requisitos subjacentes é crucial para o desenvolvimento de um plano militar consistente. A estrutura destas relações é muitas vezes complexa e nem sempre fácil de definir. A COGNET vem facilitar esta tarefa e fornece uma capacidade de análise baseada nos efeitos.

...Esta ferramenta assenta num modelo relacional baseado nos conceitos chave usados no planeamento das Modalidades de Acção: estado final, CoG, vulnerabilidades críticas, pontos decisivos e linhas de operações. ...A decomposição funcional do centro de gravidade é usado para identificar os elementos influenciadores e categoriza-los em hierarquia: CoG, capacidades críti-

³⁰ Lucia Falzon and Jayson Priest – “The Centre of Gravity Network Effects Tool: Probabilistic Modelling for Operational Planning”

cas (tipicamente funções abstractas) e capacidades e requisitos de valor inferior, tais como funções gerais, processos e sistemas físicos.³¹

A Austrália é um país não OTAN, que actualmente também participa da investigação em curso, tendo em vista uma nova forma de pensar e fazer a guerra. Tem-se constituído como uma importante referência a ter em conta, dado o seu empenhamento ao mais alto nível, não sendo certamente alheio a sua pretensão em se afirmar como uma potência regional no seu espaço estratégico. O investimento na investigação doutrinária ao nível da Defesa, desenvolvendo os seus próprios modelos, como contributos pertinentes para o desenvolvimento de novas metodologias de acção e como forma de resposta às ameaças emergentes, são um exemplo de como se deve tirar partido do potencial humano existente e com este pode afirmar-se no contexto dos parceiros. Contudo, não se pode concluir este assunto sem o mesmo ser abordado sob o ponto de vista do combate ao terrorismo internacional.

A propósito da operação “Anaconda”, Douglas A. Macgregor³² refere o seguinte: “*Nas operações contra a al-Qaeda, muitas vezes não há (ou aparentemente não há) centro de gravidade. As informações são fracas, confusas ou imprecisas. Compreender o inimigo é um desafio muito maior do que muitos supõem, mas é essencial para ultrapassar a sobrecarga de informação que faz com que os comandantes não consigam discernir entre o que é e o que não é importante. O conhecimento do inimigo não é um produto exclusivo da informação táctica ou de fotografias de satélite. O conhecimento e a compreensão do inimigo, tal como a compreensão da profissão das armas, não residem nos manuais, bases de dados, imagens de satélite ou programas de software. Porque é o produto da inteligência humana, educação, aprendizagem e experiência; o conhecimento é sempre expressado numa pessoa; transportado por uma pessoa; criado, aumentado ou melhorado por uma pessoa*”.³³

Como se pode verificar, a situação do terrorismo internacional traz um novo desafio, pela necessidade de readaptar conceitos e forças, em que a capacidade de aquisição e de gestão de uma enorme quantidade de informação, através do investimento em equipamentos de topo, não pode ultrapassar as capacidades necessárias que devem dotar o elemento humano. Em termos mais simples, na situação particular do combate ao terrorismo, prevalecem as capacidades humanas, como forças rápidas de intervenção, altamente preparadas e treinadas (individual e colectivamente), para as quais as novas tecnologias da informação, tendo como referência a experiência nacional em África, conduzirão a uma extraordinária e inegável vantagem.

³¹ Tradução do autor.

³² Macgregor, Douglas A., “Transformation Under Fire – Revolutionizing How America Fights”. 2003, pg 71.

³³ Tradução do autor.

5.3 Os Factores de Decisão

Embora ainda não seja objecto de qualquer referência, não se pode deixar de reflectir nas implicações que são susceptíveis de ocorrerem com esta nova metodologia, no que diz respeito aos factores de decisão.

A doutrina em vigor define a missão, o inimigo, o terreno, os meios, o tempo disponível e as considerações de natureza civil, como factores de decisão. Será que estes factores, por si só, são suficientes para planear e conduzir operações baseadas nos efeitos? Admite-se que assim não seja, ou melhor, não venha a ser.

Como se sabe, na doutrina da década de setenta os factores de decisão eram simplesmente quatro: missão, inimigo, terreno e meios. Posteriormente, nos anos oitenta, com a evolução doutrinária imposta pela crescente rapidez das operações e com a importância atribuída aos assuntos civis, em todas as suas envolventes, foram adicionados mais dois factores para a decisão: o tempo disponível e as considerações de natureza civil. Nesta lógica, é de admitir que, com uma nova alteração, que incide na forma de planear e de conduzir as operações militares, venha a introduzir-se novos factores a ter em conta para a decisão.

A natureza das operações, agora propostas, estão directamente relacionadas com uma nova forma de se alcançar o estado final, e que condiciona o modo como se pretende atingir um alvo, tal como o terreno, o inimigo, os meios, o tempo, etc., também condicionam. Assim sendo, se o escalão superior, por exemplo, determina a natureza dos efeitos a serem provocados pelas acções a executar, está-se claramente perante uma condicionante muito significativa, com impacto directo na forma de planear e de conduzir as operações. Então, daqui se pode retirar que os “efeitos a produzir” pode constituir um factor de decisão.

Os domínios percorridos pelas EBO, do físico ao psicológico, partem de ambientes esclarecidos e evoluem para ambientes complicados e complexos, o que se traduz, também, no aumento de incerteza e dos inerentes riscos associados, nomeadamente os originados pelos efeitos não intencionais, como já anteriormente foi referido. Daqui decorre o necessário esforço acrescido de obtenção e de análise da melhor informação, tanto em quantidade como em qualidade, no sentido de se limitar os riscos para níveis aceitáveis. Deste modo, os riscos considerados como aceitáveis poderão também constituir um factor de decisão.

5.4 As Operações Baseadas nos Efeitos e o Nível Operacional da Guerra

5.4.1 Introdução

O presente leva-nos a perspectivar que, no futuro, a decisão de uma campanha ou de uma operação de grande envergadura não depende, tanto, do desfecho que se consegue numa batalha mas, antes, do conjunto e da integração dos efeitos que se obtém em cada uma delas e na sua totalidade. Tal exige preocupações orientadas em sentidos diferentes daqueles que se teriam em conta se fosse

tida em consideração aquela justificação que, prevê-se, irá ser ultrapassada. E a importância de tais orientações, bem como daquelas preocupações, deverá ter reflexo nos diversos níveis conceptuais e decisórios, em especial no Nível Operacional.

É sabido que é no Nível Operacional que se procura o equilíbrio entre o ideal e aquilo que é possível executar. O ponto de encontro entre aquelas duas situações (o ideal e o possível), quando determinado, dá resposta à, por vezes, embaraçante pergunta: “De que forma devo utilizar os Instrumentos disponíveis ao meu alcance para concretizar os objectivos definidos pela Estratégia Militar?”. Aquela pergunta deverá, contudo, face à conceptualização que actualmente se tem desenvolvido e apurado, ser formulada, de uma forma, ao mesmo tempo, mais ampla e mais incisiva. Tal formulação poderá ser a seguinte: “Que efeitos devo produzir e de que forma devo utilizar os “Instrumentos de Poder” à minha disposição para os conseguir, tendo sempre presente a concretização dos objectivos definidos pela Estratégia Militar?”. É claro que a resposta a esta pergunta depende de cada circunstância que se está a viver. Daí a dificuldade que se tem em obter uma resposta formal à mesma, face à diversidade, amplitude e especificidade dos vectores que influenciam cada cenário e na forma como aqueles factores de qualificação variam no tempo, considerando individualmente esses cenários. Se não é possível obter uma resposta formal àquela pergunta, já é possível, contudo, perceber-se como é possível utilizar a Arte Operacional (que não se deve confundir com Nível Operacional) como instrumento para se chegar a tal certeza. É isso que vamos tentar fazer.

5.4.2 Força vs Efeitos

As operações baseadas na atrição estão centradas nos meios e focadas nos alvos e nas guerras rápidas e decisivas. Estão orientadas para objectivos militares, com resultados quantificáveis. Atacam indirectamente as vontades e os comportamentos através do combate directo e procuram evitar a retaliação e a acção preventiva. Já as operações baseadas nos efeitos estão centradas na vontade e no comportamento e focadas em acções prolongadas e em conflitos de baixa intensidade. Mesmo quando orientadas para objectivos militares, os resultados não são lineares. Atacam directamente as vontades e os comportamentos em tempo de paz, de crise e de guerra, procurando sempre evitar danos inaceitáveis³⁴.

Até à actualidade, o planeamento das acções militares verificava uma conceptualização baseada no cálculo do potencial necessário para fazer face e vencer a força adversária, quer no ataque como na defesa. A importância que no planeamento actual ainda é dada à determinação da Probabilidade Relativa de Adopção das Possibilidades do Inimigo, vulgo PRAPI, e do Potencial Relativo de Combate, vulgo PRC, vem sendo diminuída porque estes ainda incidem no conceito “massa”.

³⁴ Edward A. Smith, “Effects Based Operations – in Peace, Crisis and War”. 2002

Ao longo do tempo procurou-se encontrar formas de preservar o mais possível essa “massa”, provocando o maior desgaste possível na “massa” inimiga. As táticas evoluíram e derivaram para o emprego dessa “massa” desfasada no espaço e, a maior parte das vezes, no tempo, procurando-se, assim, dissipar os efeitos que nela poderiam ser produzidos.

A nova doutrina centra a mira nos **efeitos**. A passagem da objectividade, da “massa” para os efeitos cognitivos, traduzir-se-á numa racionalização da aplicação dos instrumentos do poder, com vista a maximizar os resultados com uma maior economia de esforços.

5.4.3 EBO e o Nível Operacional

A adopção desta nova conceptualização, coligada com o aparecimento, desenvolvimento e utilização de tecnologia de ponta, diminui os tempos de reacção, aumenta os efeitos e permite retirá-los, onde e quando mais interessa, com uma meticulosa precisão, proporcionando uma maior sobreposição dos três Níveis sem, contudo, os tornar indiferenciados e reduzir-lhes a sua importância.

Enquanto se deu primazia a doutrinas, em que o desgaste do inimigo era o mais preponderante, geralmente conseguido por confrontos directos, muitas das vezes em espaços limitados, a coordenação e a integração de esforços não assumiram importância crucial. Contudo, actualmente, existe a percepção de que só utilizando, equilibradamente, mas de forma holística, todos os instrumentos de poder, se poderá, já, nos dias de hoje, conseguir atingir os objectivos pretendidos. Isso leva-nos à conclusão de que a integração dos resultados obtidos, nos mais diversos domínios (militar, económico, diplomático/político, psicológico, etc.) e, em espaços geográficos diferenciados, poderá ser o caminho mais curto para se obter o estado final eleito.

Esta nova doutrina, que se objectiva na aplicação, holística, dos instrumentos de poder, para se obter, de forma integrada, os efeitos necessários ao atingir dos objectivos pretendidos, deverá estar subjacente a todo o desenvolvimento do ciclo de acção estratégica. Contudo, a objectividade do trabalho impele-nos a delimitar a nossa análise ao campo da Estratégia Geral Militar. Sabemos que, no âmbito desta estratégia geral, os três Níveis da Guerra³⁵ têm, geralmente, as seguintes preocupações:

- Nível Político/Estratégico – é o local onde é planeado e dirigido o esforço militar, sendo, estabelecidas as finalidades, os objectivos gerais da guerra, integradas as restrições, atribuídos os recursos disponíveis, identificadas as acções militares (que podem não se limitar à vertente das armas, mas também à psicologia, à economia, à diplomacia e outros) com os objectivos políticos.

- No Nível Operacional – irá transformar-se aqueles objectivos gerais da guerra, também chamados objectivos estratégicos, em acções ditas militares. Neste âmbito estuda-se, em que proporção

³⁵ Aqui, Guerra deverá ser vista à luz da definição dada pelo então, Coronel Abel Cabral Couto, na sua obra “Elementos de Estratégia”, volume I, na página 148: “Violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui uma possibilidade potencial”.

se deverão utilizar os instrumentos de poder à nossa disposição, para se obter os efeitos que anteriormente foram, neste nível, levantados e, entretanto, eleitos como cruciais para se atingir aqueles objectivos. Enquanto no nível político/estratégico se atribui os meios disponíveis, pertencentes àqueles instrumentos do poder, é no nível operacional que se estuda em que proporção e de que forma são utilizados. Neste nível verifica-se que a linha de acção se orienta de acordo com as seguintes interrogações: Quais são os objectivos políticos/estratégicos que foram eleitos? Que meios tenho à minha disposição? Que efeitos tenho que produzir, tendo em conta os meios que tenho à minha disposição, para atingir aqueles objectivos? E com que proporção se deve combinar aqueles meios para obter aqueles efeitos? Qual é a situação final (end-state) que se deve verificar para se poder considerar que os objectivos políticos/estratégicos foram atingidos? Para obter aquela situação final, quais são os objectivos parciais que tenho de concretizar? Tendo em conta os meios de poder que tenho e a proporção com que os vou aplicar, qual o caminho (linhas de operações) que devo percorrer para atingir aqueles objectivos?

Assim, neste Nível, há que definir, tendo em consideração a doutrina EBO, quais os escalões táticos a empregar, quais os objectivos táticos que devem ser conquistados para que se obtenha os efeitos pretendidos (económicos, militares, psicológicos, políticos, etc.) e por que sequências deverão ser atingidos. São definidos, ainda, quais os meios a atribuir àqueles escalões táticos para que possam produzir os efeitos necessários para se fazer a consecução daqueles objectivos e, conseqüentemente, se atingirem os efeitos mais latos e pretendidos. É neste nível que se faz a integração de todos os efeitos obtidos e que resultam da consecução dos objectivos táticos e operacionais, e se emprega, holisticamente e equilibradamente, os meios dos instrumentos de poder à disposição, supervisionando e controlando a forma como os mesmos são aplicados. À primeira vista parece haver aqui um paradoxo, pois quem aplica não deve fazer a supervisão nem o controlo. Contudo, o emprego supra referido deve ser, aqui, interpretado como sendo feito através de instrumentos à sua disposição, como sejam forças especiais, unidades de manobra, de informação, de decepção, de CIMIC, de emprego de agentes NBQ, de Guerra Electrónica, etc.

- O Nível Tático – preocupa-se com a condução das batalhas e o emprego dos meios que lhe forem atribuídos para, manobrando-os e aplicando-os, atingir os objectivos táticos definidos. Como já foi referido, tais objectivos são definidos com o pressuposto de, ao serem atingidos, produzirem efeitos que, ao serem integrados no Nível Operacional, possam produzir outros efeitos que, por sua vez, possam ser outra vez integrados, conduzindo ao atingir dos resultados finais, eleitos pelo nível estratégico (ver figura 2 do Apêndice 2).

A adopção da doutrina EBO virá trazer algumas inovações que terão lugar em todos os Níveis da Guerra, mas em especial no Nível Operacional. As forças militares, tais como outros segmentos de um Estado, podem utilizar vários meios dos instrumentos de poder, aumentando a abertura do

leque de escolhas de Objectivos Operacionais (vontade e ânimo de combater, centros nevrálgicos de investimento económico; fontes de rendimento de uma comunidade, sociedade, facção ou país; influência da opinião pública; bloqueio e inactivação de OCS, etc.) o que levará a opções mais latas das Linhas Operacionais a desenvolver (ligar um objectivo nitidamente com efeitos psicológicos a outro com efeitos na economia de um país, por exemplo) e a uma maior preocupação na escolha dos Centros de Gravidade, face ao maior número de Objectivos Operacionais (como se sabe a escolha do Centro de Gravidade, em qualquer Nível da Guerra, é a essência da Arte de Combater). Aumentando-se os Objectivos Operacionais, aumenta-se as Linhas Operacionais, o que vai aumentar a dificuldade da escolha do “Centro de Gravidade” certo (ver figura 3 do apêndice 2).

Os Centros de Gravidade, no Nível Operacional, passaram, com a adopção da teoria das EBO, a assumir mais nitidamente um carácter marcadamente desligado da componente militar, apesar de poder ser atingido por forças militares, letais ou não. Um exemplo poderá ser a sensibilização por uma força militar, num ambiente hostil, das camadas mais jovens, para as vantagens sociais que obterão ao aderir a um determinado estilo de vida, que interessa àquela força impor.

Outro aspecto tão carente ao Nível Operacional, que irá ser alterado com a adopção desta doutrina, é, nitidamente, o “tempo” em que as acções irão ser executadas. A noção deste conceito operacional está, como se sabe, mais ligado ao aspecto de ritmos de acontecimentos do que a duração das acções. Com a adopção das tecnologias de ponta que estão subjacente a esta doutrina, os acontecimentos ocorrerão a ritmos mais intensos, tendo sempre em consideração os momentos em que os efeitos deverão aparecer. Isso vai-nos conduzir à percepção de que a Guerra, no futuro, poderá ter uma duração mais curta, em virtude dos ritmos do emprego dos meios e da condução das actividades operacionais se perspectivarem muito mais intensos.

Os desaires e as vitórias são avaliados pelo Comandante Operacional sob o prisma da Manobra Operacional delineada, sob as faces dos efeitos desejáveis e não desejáveis, o que continua a ser uma consequência da adopção daquela doutrina. Actualmente, essa avaliação rege-se mais pelos Objectivos atingidos, do que pelos efeitos produzidos.

Ainda existe a tendência de se ligar Escalões de Comando a Níveis da Guerra. A doutrina das EBO vem reforçar que isso é descabido, aliás como já o era no passado, apesar de eminentes teóricos teimarem em o fazer. Com a definição inequívoca de que são os efeitos que se pretende atingir que vão ditar quais os escalões a utilizar para os obter, aquele modelo deixa de ter credibilidade. Os Níveis da Guerra estão relacionados com capacidades e não com Escalões de Comando. E, à luz da nova doutrina, o Nível Operacional identifica-se, cada vez menos com escalões e mais com a capacidade e possibilidade de se poderem definir e integrar efeitos e com a legitimidade de se atribuírem meios dos diversos instrumentos de poder.

Actualmente, existem meios (até nucleares), facilmente transportados (nomeadamente em malas - veja-se a polémica que existe sobre as malas que transportam armas nucleares e que foram fabricadas pela ex-URSS, não se sabendo, actualmente, onde algumas delas se encontram), por um ou dois indivíduos (por exemplo, por uma equipa de elementos de operações especiais) e que podem provocar efeitos de elevada dimensão e amplitude (por exemplo: a implosão de um reactor nuclear). Tais efeitos podem ser provocados no momento e no objectivo mais específico (que pode ser considerado, ao mesmo tempo, um objectivo estratégico, um objectivo operacional e um objectivo tático e, em ultima análise, um Centro de Gravidade, um Ponte Decisivo, cuja destruição possa levar ao Ponto de Culminação). Tendo em consideração tudo isso e sabendo-se que o objectivo da nova doutrina se encontra focalizado nos efeitos, coloca-se então a seguinte pergunta: faz sentido, actualmente, considerar-se a definição de Arte Operacional tal como está referida no FM 100-5, USArmy, e que diz: "...é o emprego hábil das forças militares para atingir os objectivos estratégicos e/ou operacionais, num TO ou TG, através do planeamento, organização, integração e condução de campanhas, operações de grande dimensão e batalhas"?

É de reparar que nesta definição de Arte Operacional não consta qualquer alusão aos "efeitos", parâmetro que, com nós vimos, tem um elevado peso, no quadro da nova doutrina e no âmbito do Nível Operacional. Poderíamos atrever a proferir uma nova definição para aquele conceito que contemplasse aquele novo vector e que estivesse mais consentânea com a nova doutrina. Mas deixamos isso para outro espaço de reflexão, dado que o que importa aqui reter, como grande novidade, é a ênfase que agora se passa a colocar na chamada "Guerra da Percepção", com tudo o que a mesma acarreta, inclusivamente, alterando pensamentos e condutas.

6 – A CONDUTA DAS OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS

6.1 - A Execução Baseada nos Efeitos (EBE)³⁶

A doutrina proposta pela OTAN define a Execução Baseada nos Efeitos como a concretização de acções apropriadas de uma forma sincronizada e sinérgica, tendo por objectivo a criação coerente de Efeitos Desejáveis. Para tal, a Aliança pretende adaptar a sua postura militar de forma a responder aos desafios com rapidez, precisão e flexibilidade, com forças efectivamente projectáveis, para onde e quando forem necessárias, num contexto estratégico em que é requerido que estas sejam ágeis, conjuntas e expedicionárias. Além disso, devem estar preparadas para operar com a presença de Organizações Internacionais e Organizações Governamentais e Não Governamentais.

A conduta das EBO beneficia de um planeamento a montante que, por antecipação, restringe os riscos com base na superioridade da informação, tanto em qualidade como em oportunidade, como, ainda, de um comando e controlo centrado em rede, que garante a melhor sincronização do

³⁶ Adaptado do CAFJO

esforço a todos os níveis de comando, o *targeting* e o tempo de empenhamento, de que se destacam o sentido de oportunidade, a rapidez de resposta e a precisão.

Neste âmbito, deverá ser realçado e desenvolvido o conceito de CIMIC, que poderá, no futuro, vir a ter uma outra designação³⁷. Trata-se da importância acrescida que este tipo de operações, de características não letais, irá assumir na cooperação e interação entre os actores militares e civis que, no contexto das EBO será determinante e fundamental para garantir a coerência operacional e estratégica, conducente ao sucesso no alcançar do estado final, superiormente determinado.

Não é nova a extrema importância das operações militares, inclusive as de combate, e a sua conjugação com as acções de carácter civil. Até aqui, as Operações de CIMIC, tal como as conhecemos, e as Operações Psicológicas, estavam vocacionadas, directamente, para as Acções Táticas. Com a metodologia EBO, as Operações de CIMIC, sem prejuízo das tarefas anteriores, colocam-se num patamar muito próximo das outras operações, em termos de planeamento e de emprego, assumindo mesmo a primazia na fase do pós-conflito, em tarefas de reconstrução e de normalização do ambiente social.

O cumprimento da calendarização das acções, constitui-se como determinante para garantir a sequência e a sincronização das actividades (letais e não letais), de modo a possibilitar a melhor avaliação dos efeitos provocados.

6.2 A Experiência do Afeganistão

Analisando um texto publicado na revista “Field Artillery” de Jan/Fev04³⁸, sobre o emprego das EBO no actual conflito do Afeganistão, ainda em forma experimental, torna-se interessante centrar a atenção no ambiente operacional, em que a situação é descrita como complexa, dada ao enorme conjunto diversificado de elementos hostis, como sejam:

1. As ameaças contra a Coligação

- As Facções, por parte dos antigos elementos da Aliança do Norte, antigos soldados afegãos, “Mujahideen” e “Senhores da Guerra” regionais.
- O Hizb-e Islami (Gulbuddin), pseudo partido político com objectivos militaristas, liderado pelo antigo primeiro-ministro.
- Os Taliban, que pretendem regredir a situação para restabelecerem um regime de fundamentalismo religioso.
- Al Qaeda, através dos antigos financiadores do regime talibã, que pretendem destabilizar o actual governo e restabelecer um ambiente que permita o treino e o apoio ao terrorismo internacional, e que mantêm santuários nos países vizinhos e noutros pontos do globo.

³⁷ O CAFJO admite que tal possa vir acontecer.

³⁸ Major Robert Herndon, Col James L. Creighton, Lt Col Raphael Torres, Major Louis J. Bello – “Effects Based Operations in Afghanistan, the CJTF-180 Method of Orchestrating Effects to Achieve Objectives”.

2. Ameaças contra o Governo Islâmico Transitório do Afeganistão (ITGA)

- Militantes anti-Governo e anti-Coligação.
- Antigas organizações de segurança da Aliança do Norte.
- A potencial perda de apoio da comunidade internacional.
- As questões internas como o “senhoralismo da guerra”, a frágil governação e a corrupção.

É uma situação paradigmática, no que respeita à complexidade e onde a Coligação procura testar a metodologia das Operações Baseada nos Efeitos. Não havendo ainda dados institucionais disponíveis, este artigo de certo modo elucida e ilustra a aplicação desta metodologia (Ver Apêndice 1 “**Operações Baseadas Nos Efeitos: Uma Experiência Recolhida no Afeganistão**”). Neste caso, foram definidos os seguintes atributos das EBO: a necessidade para se focar na superioridade da decisão, a aplicabilidade em paz e em guerra (operações em todo o espectro do conflito), uma visão para além dos efeitos directos de primeira ordem imediatos, uma compreensão dos sistemas adversários, a capacidade de uma adaptação disciplinada, a aplicação dos Elementos do Poder Nacional e a capacidade de decisão para adaptar regras e pressupostos à realidade.

6.3 Formação e Preparação dos Quadros e Tropas

A transferência de ênfase do meio físico para o meio moral ou cognitivo, associada, por força da realidade actual, ao controlo do mundo global e dos seus incontornáveis confrontos de juízos de valor, sobrecarrega todo o elemento humano, independentemente do posto ou função, com padrões de responsabilidade muito próximos das comumente atribuídas às lideranças dos diferentes escalões. Ou seja, se por um lado se deixa de “morrer na batalha”, por outro passa-se a responder, com maior frequência, por todos os actos e decisões perante as instâncias e comunidades nacional e, mormente, internacional. São, exactamente, estas circunstâncias que cada vez mais levam à necessidade de maior investimento na selecção e, sobretudo, na formação e preparação dos quadros e tropas, como condicionantes na forma de conduzir as operações militares. Hoje já é assim e no futuro será muito mais.

O Comandante de uma Força Nacional Destacada (FND) já não é apenas um comandante táctico. Efectivamente, a sua função exige muito mais, pelo que deve congrega e relevar, em simultâneo, três competências que hoje são exigidas a um Oficial: ser um guerreiro, um gestor e um diplomata³⁹. A sua percepção global dos fenómenos que o rodeiam é determinante para o melhor cumprimento da missão. Desde as questões e missões do âmbito táctico, à gestão de meios e, sobretudo das situações que se lhe apresentam sob os figurinos mais variados, fazendo uma leitura rápida e correcta para avaliar o ambiente operacional em que se encontra, ou que seja previsível de acontecer, e garantir o melhor relacionamento com todos os organismos e entidades presentes na

³⁹ C/Alm Sabino Guerreiro, Director do CPOG 05/06, referido na sua apresentação a este Curso.

sua área de operações e de influência, para daí tirar o máximo proveito para o sucesso da missão que lhe está atribuída, o Comandante de uma FND tem de ponderar todos esses elementos, hoje considerados basilares, idealmente utilizando o seu saber e a sua experiência. Terá, obrigatoriamente, de ser uma liderança reforçada e adaptada às características próprias da era de informação, em que o elemento humano, a todos os níveis, será mais dotado tecnicamente, e, por conseguinte, com maior capacidade para a iniciativa individual, o que, naturalmente, terá mais apetência para participar, aderindo de corpo e alma à missão que lhe está atribuída, cumprindo mais de acordo com a disciplina aceite, do que através de uma disciplina imposta por apertada restrições na liberdade de acção. Este factor, se em tempo não for devidamente acautelada, pode vir a constituir uma fragilidade comprometedora da eficiência da acção de comando. Em suma, a capacidade de liderança, para uma acção de comando eficaz, poderá necessitar de uma abordagem diferente, por parte de quem lidera e a quem serão exigidas especiais capacidades intelectuais e de gestão de sentimentos dos seus colaboradores.

O saber é importantíssimo para, de entre outros, retirar o maior rendimento dos meios tecnológicos colocados à disposição, com os quais vai interagir com as situações. A experiência será, sempre, uma inegável mais valia de segurança, credibilidade e optimização no planeamento e na acção. A tudo isto, deve-se acrescentar a necessidade de inter operar com as diferentes forças multinacionais presentes. Por outro lado, e pelas razões já enquadradas no 2º Capítulo, as missões são cada vez mais exigentes em termos comportamentais e de desempenho técnico, tanto no trabalho colectivo como individualmente. Em todas as situações, mesmo nas aparentemente mais discretas, são exigidos elevados padrões de conhecimento e de empenhamento profissional, que obrigam à existência de critérios mais apertados no que respeita ao recrutamento, selecção, formação e treino dos quadros e das tropas. Em suma, mais do que nunca, assume primordial relevo a importância de serem adquiridas e mantidas, equilibradamente, em patamares, elevadas capacidades técnicas, físicas e psicológicas.

7. A AVALIAÇÃO BASEADA NOS EFEITOS

A avaliação dos efeitos, como consequência das acções levadas a cabo, constitui, transversalmente, um passo importante e fundamental para o planeamento e conduta das operações. Com efeito, a todos os níveis, torna-se necessário o “feedback” de todas as respectivas acções e dos efeitos alcançados com as mesmas, no sentido dos responsáveis serem informados do progresso do plano integrado, e estarem cientes da necessidade, ou não, de serem introduzidas novas atitudes, tendo em vista o sucesso global da operação em causa⁴⁰. Nunca se pode admitir como seguro que o sucesso das acções do domínio físico se traduza em efeitos desejáveis, ou só neste tipo de efeitos. Há sempre a possibilidade de ocorrerem efeitos não intencionais, que tanto podem potenciar como

⁴⁰ CAFJO

desvirtuar as intenções preconizadas para se alcançar o estado final desejado, como mesmo degenerarem para efeitos não intencionais. Daqui, poderá decorrer a necessidade de serem accionadas acções suplementares para repor o sentido e os objectivos do planeamento inicial.

7.1 Célula de Efeitos (Effects Cell)⁴¹

Neste sentido, há a necessidade do permanente acompanhamento e monitorização da situação e da sua evolução, o que justifica a existência de um órgão próprio para tal: a Célula de Efeitos. Esta célula, organizada em: Equipa de Análise de Efeitos, Equipa de Avaliação de Efeitos e Operações de Informações, constitui o órgão do Comandante para a gestão dos efeitos, no sentido de garantir a integração dos mesmos. A célula é responsável por avaliar o espaço de batalha e recomendar os efeitos operacionais conjuntos, meios correspondentes e necessidades métricas⁴² associadas para alcançar o estado final determinado pelo Comandante. As métricas fornecem as referências para uma avaliação contínua dos efeitos pretendidos a curto e longo prazo, para que em tempo, essa informação seja fornecida ao Comandante, com as recomendações de possíveis alterações.

7.2 Funções da Célula de Efeitos

A análise dos efeitos, a sua avaliação e a gestão do plano de informações, constituem as principais funções da célula. A análise dos efeitos destina-se a avaliar a situação/problema, para determinar o efeito desejável, conducente ao estado final determinado, identificar os meios (letais e não letais) necessários para provocar este efeito e, também, identificar as métricas associadas e necessárias. Visa, ainda, identificar os potenciais efeitos indesejáveis e os meios necessários para minimizar a sua ocorrência e impacto, bem como as métricas associadas.

Para dar resposta às operações correntes e às futuras, a análise dos efeitos abrange três facetas:

- A análise dos efeitos de acção imediata: consiste na da análise dos efeitos no processo da “análise da missão”, como resposta a um requisito operacional imediato. Esta análise permite ao Comandante ser informado das opções no que diz respeito aos efeitos iniciais.
- A análise dos efeitos no Planeamento Operacional: visa o refinamento dos efeitos operacionais aprovados, como suporte do planeamento operacional contínuo do JPT (Joint Planning Team). Os elementos da célula participam no JPT, quando formado, para analisar os efeitos resultantes das operações e refinar a análise dos efeitos no planeamento das Modalidades de Acção e subsequente Ordem de Operações. Os efeitos operacionais a alcançar, definidos pelo Comandante, e as linhas de referência, no que diz respeito a efeitos indesejáveis, são incorporados nos critérios de avaliação das Modalidades de Acção e na subsequente ordem de Operações. A Ordem

⁴¹ Appendix 8 to Annex V to DJTF SOP, Feb 2004, First DRAFT. Ver Anexo 5.

⁴² Valores de aferição.

de Operações deve incluir, também, as métricas associadas e a verificação cruzada com o CCIR, PIR, FFIR, EEFI e o Plano de Informações Operacionais.

- A análise de efeitos focada nas operações futuras: consta no monitorizar e acompanhar a situação operacional, de modo a identificar oportunidades para modificar os efeitos operacionais conjuntos, para melhor atingir o estado final pretendido. Trata-se de um processo contínuo da avaliação do espaço de batalha, na busca permanente de oportunidades para melhorar e reforçar a estratégia de efeitos definida.

A avaliação dos efeitos visa a monitorização contínua das métricas dos efeitos operacionais conjuntos, para determinar o grau de execução do estado final desejado e o impacto dos efeitos indesejáveis, a revisão das métricas para assegurar a sua contínua validação e, em tempo, fornecer essa avaliação ao Comandante.

- O Plano de Avaliação destina-se a recomendar mudanças no Plano de Colecta de Informações e os requisitos de informação do Comandante, na medida do necessário, para fornecer as pertinentes avaliações no que respeita aos efeitos operacionais conjuntos.
- Os Efeitos Indesejáveis (previstos ou não previstos) são, continuamente, monitorizados, fornecendo, em tempo, ao Comandante o seu impacto no alcançar do estado final pretendido.

Como síntese conclusiva, a avaliação constitui um instrumento fundamental e determinante para a validade das operações baseadas nos efeitos. A importância do sucesso das acções do domínio físico é indiscutível. A sua avaliação é imediatamente visível e contabilizável. Mas o mesmo já não se aplica nas suas consequências, isto é, nos efeitos que produz no domínio cognitivo, o que vem justificar a importância da sua necessidade e do seu posicionamento nos níveis de comando e de planeamento.

8. PORTUGAL E AS EBO

8.1 A Transformação, Uma Necessidade Imediata⁴³

Portugal, como membro da Aliança, no momento, apenas acompanha formalmente o desenvolvimento desta matéria, que ocorre no Allied Command Transformation, através da Divisão de Planeamento Estratégico Militar do Estado – Major General das Forças Armadas, participando nas reuniões do “*Concept Development and Experimentation (CD&E) Working Group*” e na “*NATO Network Enabled Capability (NNEC) Conference*”.

Na sequência da Cimeira de Praga (2002), a “*OTAN Response Force*” actua como catalisador da transformação em curso, que se consubstancia numa transformação de capacidades, cujo objectivo último é desenvolver forças para o futuro, capazes de executar Operações Baseadas nos Efeitos.

⁴³ Entrevista com o Chefe da Repartição de Planeamento de Planeamento Estratégico Militar do Estado Major General das Forças Armadas, Cor PilAv Luís Antunes, em 03Ago05.

Na alocução do CEMGFA na cerimónia de 2004, do dia comemorativo das Forças Armadas, é referida a necessidade de reforma – “...as Forças Armadas não podem deixar de acompanhar as rápidas mudanças que se estão a verificar na generalidade dos países aliados, ao nível do sistema de comando, dos conceitos, das doutrinas, das capacidades militares, do equipamento, do treino e da certificação das forças.”

A necessidade de reforma que resulta do acompanhar do evoluir dos tempos, decorre, imperativamente, de dois documentos estruturantes: o “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” e o “Conceito Estratégico Militar”. Tais documentos, face ao enquadramento da actual situação de segurança do ambiente internacional, apontam para a necessidade de reforma das Forças Armadas Portuguesas, nomeadamente na aquisição de capacidades conferidas pelas novas tecnologias.

Em comparação com outros países da Aliança, a realidade nacional limita, efectivamente no tempo, o nível de ambição sobre esta matéria, conduzindo a soluções consideradas como mais adequadas às capacidades do nosso país, sem perder de vista as oportunidades que, entretanto, possam surgir, no sentido de daí se poderem retirar vantagens. É o caso do projecto “**Soldado do Futuro**”, um projecto que integra esforços do Exército e da indústria nacional (Brisa, PT), conhecido por “*Individual Advanced Combat Systems*” e já inscrito nos *Force Goals* como “*L0895 – Advanced Individual Combat Systems*”. Trata-se de um projecto que se insere completamente no conceito CD&E, estando directamente relacionado com outros projectos OTAN, nomeadamente, o “*Combat Coalition Identification*” e “*Urban Operations*”.

Também o projecto do Exército de Concepção/Construção dos Laboratórios de Bio-Terrorismo e Bromotologia, já com despacho de autorização governamental (de Agosto de 2004), poderia, eventualmente, constituir mais um exemplo de participação nacional.

8.2 A Transformação do Exército⁴⁴

O processo de transformação do Exército, já em curso, visa adequar este ramo às circunstâncias sociais, económicas e tecnológicas do futuro, procurando, através de uma transformação conceptual, uma nova estrutura de comando e de forças que garanta a estas um elevado grau de prontidão e mobilidade. Trata-se de um passo muito importante e decisivo, no sentido de acompanhar a transformação que ocorre no seio da Aliança, tendo em vista capacitar o sistema de forças para poder operar conjuntamente com as forças aliadas, dentro do novo conceito de Forças Conjuntas e Combinadas e projectáveis, como está a ser preconizado pela Aliança.

A tipologia de Estrutura Operacional atribuída a cada uma das Brigadas, tem como objectivo possuir um catálogo de forças com capacidade de actuar em todo espectro do conflito. Mas será que estas forças terão capacidade para executar Operações Baseadas nos Efeitos? Pela ambição do reequipamento inscrito na Lei de Programação Militar, especialmente no que diz respeito à aquisi-

⁴⁴ Entrevista com Exmo. MGen Campos Gil, Sub CEME, em 16Nov05.

ção de capacidade de Informações, Vigilância e Reconhecimento, existe a ambição de, até final de 2023 e com início em 2010, se dotar o Sistema de Forças Nacional do Exército com a capacidade para a Gestão da Informação através de um sistema ISTAR, o que irá proporcionar a superioridade de informação e, conseqüentemente, superioridade de decisão, factores determinantes para a capacidade de conduzir e executar Operações Baseadas nos Efeitos.

Também na reestruturação orgânica do Comando das Brigadas está a ser considerada esta necessidade de mudança: Nas suas novas Estruturas Orgânicas de Pessoal, aprovadas em Fevereiro do presente ano, no Estado-Maior Técnico, está contemplada uma Célula de Coordenação de Fogos e Efeitos, com duas funções: uma para os fogos e efeitos e outra para o targetting e contra-fogos.

Estas medidas definem o rumo que está a ser implementado ao Exército, tendo em vista o seu emprego no âmbito das alianças e dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

8.3 Uma Aposta na Formação

Depois da reforma curricular de 2000, que deu ênfase às vertentes do direito e da sociologia, a Academia Militar prepara agora uma nova reforma⁴⁵, para recuperar o peso das ciências exactas e introduzir, transversalmente a todos os cursos, as ciências e tecnologias da informação, aumentando também o número de admissões aos cursos das Engenharias⁴⁶.

Trata-se de um investimento da maior relevância para garantir as melhores capacidades para o desempenho das funções de comando e de estado-maior, a todos os níveis, aos Oficiais do futuro. O objectivo essencial é apetrechar os recursos humanos com uma nova cultura, associada a uma nova mentalidade de gestão, conducente a uma diferente metodologia de trabalho, retirando o máximo rendimento das tecnologias da informação, que entretanto estarão disponíveis para planejar e conduzir operações militares, no enquadramento das novas formas de pensar e de fazer a guerra.

⁴⁵ Directiva N°244/CEME/2005.

⁴⁶ Entrevista com Exmo. TGen Cmdt da AM, em 30Nov05.

9. CONCLUSÕES

Embora seja relativamente recente, o conceito de EBO não foi, ainda, oficialmente contemplado na doutrina actualmente em vigor, o que se compreende, dada a discussão ainda em curso sobre a matéria. As EBO não representam uma rotura com as anteriores doutrinas, mas antes uma transformação das mesmas, no sentido do desenvolvimento e da procura de um sentido mais consentâneo com a realidade daquilo que se pretende e se exige, nos dias de hoje, com e na condução das operações militares.

A adopção dos conceitos preconizados neste tipo de doutrina exigem, de igual modo, dos Estados que estiverem predispostos e que tenham condições para tal, uma transformação, em que as mentalidades terão de dar mais importância à informação, com qualidade e oportunidade, do que aos meios mecânicos de coação à sua disposição. Contudo, a informação pode não ser só um instrumento essencial para se atingir os objectivos pretendidos, pois, quando manipulada e difundida fora do controlo, poderá levar aos efeitos mais indesejáveis. Os *media* têm sido o veículo privilegiado para esse tipo de actuação, dando força, muitas das vezes, a comportamentos e formas de pensar que, nem sempre, são os mais adequados. As Organizações Internacionais e Não Governamentais, têm tido uma permanência assídua nos ambientes operacionais, sendo seus actores activos. Assim, têm-se revelado, de igual forma, como agentes influenciadores desses ambientes, avaliando actuações e desempenhos, o que faz com que o combatente, nos dias de hoje, esteja mais atento ao papel desses elementos. A economia tem-se revelado um outro agente com expressão inquestionável no desenrolar dos conflitos actuais, prevendo-se que a sua importância seja, ainda, mais reforçada no futuro, em especial quando se consolida, cada vez mais, o princípio de que “quem estraga paga”. Daí a importância que se está a dar às operações de reconstrução no após guerra.

A transformação dos Estados conscientes, não se esgota na ponderação daqueles elementos, mas deve, também, contemplar a forma como se **passará a combater**, tanto na concepção como na conduta das operações. Nesta forma terá de entrar a doutrina emergente das EBO, de braço dado com a NCW. Estas duas formas de pensar a conduta das operações, têm o principal objectivo de conseguir atingir os objectivos pretendidos com a maior economia de meios e de esforços. A sua incidência não se faz sentir no número de baixas produzidas no oponente, mas sim na alteração do comportamento que induz nos adversários, aliados e neutrais, de forma a conduzi-los às nossas pretensões.

Enquanto se deu primazia a doutrinas, em que o desgaste do inimigo era o mais preponderante, geralmente conseguido por confrontos directos, muitas das vezes em espaços limitados, a coordenação e a integração de esforços não assumiram importância crucial. Actualmente, existe a percep-

ção de que só utilizando, equilibradamente, mas de forma holística, todos os instrumentos de poder, se poderá, nos dias de hoje, conseguir atingir os objectivos pretendidos, levando-nos à conclusão de que a integração dos resultados obtidos, nos mais diversos domínios (militar, económico, diplomático/político, psicológico, etc.) e, em espaços geográficos diferenciados, poderá ser o caminho mais curto para se obter o estado final eleito. Ou seja, evitar a eclosão de crises ou, no caso destas acontecerem, não evoluam para situações críticas e de combates de alta intensidade. A isto se denomina por “guerra da percepção”.

A rapidez conferida pela evolução tecnológica leva à necessidade de se actuar com igual premissa, sob pena das decisões perderem a sua validade antes mesmo de serem implementadas. Esta percepção enforma a nova visão estratégica da OTAN para os próximos 15 anos. Nela tem lugar conceitos em que a pró-actividade impera sobre o “direito à resposta”, em que as forças altamente móveis, flexíveis, com capacidades inter operativas, tomaram a dianteira.

A Aliança tem-se apercebido que o sucesso, nos conflitos actuais e futuros, exigem um planeamento contínuo e uma mobilização activa dos vários elementos do poder (Políticos, Militares, Económicos, Sociais, Infraestruturais e Informação). Cada vez mais, no contexto actual, perde significado tomadas de decisão baseadas em acções militares isoladas. A Aliança procura, assim, adoptar uma aproximação mais holística para o conceito de segurança, colocando a ênfase na necessidade de contribuir, de forma integrada e concertada, através das componentes política, militar, civil e económica (instrumentos do poder). Só assim é possível, adequadamente e no concerto das Nações, obter o acordo interno e externo para actuar, dentro e fora da sua Área de Responsabilidade. Nesta assumpção, a OTAN considera que as EBO dão uma perfeita resposta às necessidades dos dias de hoje e do futuro, provenientes das exigências relativas à forma como se deve lidar com as ameaças actuais e como se consegue atingir um ambiente de maior segurança. Esta nova maneira de pensar a conduta das operações, irá ser o principal factor influenciador da constituição das forças, das suas características e da sua forma de actuar.

Também a AED admite a necessidade de uma cooperação mais efectiva, nomeadamente com a OTAN, utilizando os diversos vectores do poder, para se garantir um ambiente de segurança mais consubstancial. Ou seja: reconhece a vantagem desse ambiente ser conseguido através de uma conduta, com recurso às Operações Baseadas nos Efeitos.

O conceito das EBO, estando finamente definido a partir da aplicação holística dos instrumentos de poder à disposição de um agente e na interacção entre os actores militares e não militares, não exclui, contudo, as acções de grande envergadura, especialmente aquelas que estão baseadas no emprego massivo da força, dirigido para os locais estratégicos, sempre que tal for considerado como inevitável para se alcançar os efeitos desejáveis. Defende, isso sim, que os efeitos consti-

tuem a relação directa entre o estado final e os objectivos, decorrentes das directivas políticas, e resultam das acções a executar na área de operações.

Identificado, com precisão, o principal meio do poder adversário ou o ponto de intercepção dos seus diferentes instrumentos, que mostre as vulnerabilidades e as fraquezas, o mesmo pode ser atingido com precisão e oportunidade, por um ou mais componentes do poder da Aliança. Tal poderá ser conseguido desencadeando-se um conjunto de acções que produzam determinados efeitos de forma a influenciar o comportamento, as capacidades, as opiniões e as atitudes de actores, que inclui, entre outros, aliados, neutrais, adversários, o ambiente civil e a comunidade internacional, para ser alcançado o estado-final da pretendido. “A guerra não está ganha enquanto não estiverem alcançados os resultados políticos desejados”.⁴⁷

As operações decorrem em três domínios específicos: o domínio físico, o domínio da informação e o domínio cognitivo. O domínio físico é o tabuleiro onde ocorrem as acções físicas militares. O domínio da informação é a área do tratamento, utilização e partilha da informação, mormente a essencial para o apoio à decisão e, portanto, ao C4. Já a decisão e todo o processo mental da sua construção, por parte dos Comandantes, a todos os níveis, insere-se no domínio cognitivo. Assim, moldar comportamentos significa conduzir operações no domínio cognitivo. Tendo as EBO, como um dos seus principais objectivos alterar comportamentos de aliados, neutros e inimigos, então é lícito colocar a essência deste modelo de operações no domínio cognitivo. Desta forma, é essencial que as decisões tenham efeitos rápidos nos objectivos pretendidos, o que exige tecnologias e procedimentos que diminuam o tempo de observação e de análise e facilite a execução.

A OTAN define quatro funções como base conceptual das EBO: o Desenvolvimento na Base do Conhecimento; o Planeamento Baseado nos Efeitos; a Execução Baseada nos Efeitos; e a Avaliação Baseada nos Efeitos. De todas elas ressalta a conclusão de que, nos dias de hoje, as operações exigem, cada vez mais, uma superioridade na aquisição da informação. Quanto mais e melhor informação estiver disponível, maior será a capacidade e a qualidade do planeamento, tendo em vista o sucesso da missão em causa, e maior é a probabilidade de se evitar a surpresa, de se garantir a iniciativa e de se reduzir os riscos. Alcançar o sucesso da campanha, com riscos mínimos, totalmente identificados, quantificados e acautelados, é a meta ambicionada por todos os planeadores. O planeamento baseado nos efeitos, visa, essencialmente, identificar as acções que, aplicadas de forma integrada e sincronizada, centradas nos centros de gravidade de um adversário e atacando, ou influenciando, as respectivas vulnerabilidades críticas, criarão efeitos intencionais. Estabelece que as acções originalmente planeadas dentro do domínio militar, deverão ter em consideração os efeitos que irão provocar noutros domínios, nomeadamente no que diz respeito à protecção

⁴⁷ Deptula, MGen David, “Notas não publicadas”, citado em “Effects Based Operations: A grand challenge for the analytical community”, da autoria Paul K. Davis.

de infra-estruturas civis e à salvaguarda de vidas e bens. Este tipo de planeamento é mais vocacionado para a criação de efeitos para conseguir os objectivos desejados, do que para a determinação de tarefas a levar a cabo. No ciclo de planeamento baseado nos efeitos, a grande diferença para o que é actualmente comumente preconizado, reside na forma como são levantadas as várias M/A. Nessa fase, dever-se-á, determinar os “Efeitos Desejáveis” (Directos e Indirectos) e determinar os potenciais “Efeitos não Intencionais”. A determinação dos Efeitos Desejáveis, tanto os Directos como os Indirectos é, assim, o ponto fulcral dessa fase. As maiores exigências desta nova metodologia de planeamento estão na coerência, na forma de desenvolver as acções para se atingir os efeitos desejados, e no sincronismo com que as mesmas deverão ser desenvolvidas para evitar os perniciosos efeitos indesejáveis.

O centenário conceito Clausewitziano de “centro de gravidade”, não desvirtua a nova doutrina, mas antes confirma-a. Basta pensar que esse conceito assenta, também, na capacidade anímica de uma força, o que entra no âmbito das capacidades cognitivas, domínio este, que é o fulcro do pensamento doutrinário em questão.

O combate ao terrorismo internacional, apesar de nem sempre facilitar a identificação de um centro de gravidade específico, tem impulsionado o desenvolvimento da doutrina dos EBO, porque exige a compreensão do opositor e, com tal, a exploração do domínio cognitivo, âmbito esse que é essencial à tal doutrina.

Começa a consolidar-se a ideia de que, sendo os efeitos um dos pontos que condicionam as operações já na actualidade, então devem ser tomados em consideração, em paralelo com os outros elementos, comumente conhecidos como “factores de decisão”. Estas operações podem ser desenvolvidas em ambientes esclarecidos, podendo estes degenerarem em outros mais complexos, o que aumenta o risco. Assim, em paralelo com a Missão, Inimigo, Terreno, Meios, Tempo, Considerações de Ordem Civil e Efeitos a Atingir, existe um outro factor que deverá ser ponderado na decisão e que é o Risco.

Com a definição inequívoca de que são os efeitos que se pretende atingir que vão ditar quais os escalões a utilizar para os obter, assume-se, inequivocamente a postura afirmativa de que os Níveis da Guerra estão relacionados com capacidades e não com Escalões de Comando.

Nas EBO, as operações CIMIC assumem um papel de uma importância crucial, tendo sido o seu leque de emprego alargado para o antes, durante e após conflito e nos os âmbitos físico, das informações e cognitivo.

O factor humano continua a ser o primordial elemento do campo de batalha, não sendo substituível pelas novas tecnologias, antes pelo contrário, estas vem exigir dele maiores conhecimentos e competências, nomeadamente para gerir, equilibradamente, “sentimentos” e recursos.

Nunca se pode admitir como seguro que o sucesso das acções do domínio físico se traduza em efeitos desejáveis, ou só neste tipo de efeitos. Há sempre a possibilidade de ocorrerem efeitos não intencionais que, tanto podem potenciar, como desvirtuar as intenções preconizadas para se alcançar o “estado final” desejado, ou até, mesmo degenerarem para efeitos indesejáveis. Torna-se, assim, necessário uma permanente avaliação das acções executadas e dos efeitos delas conseguidos, como forma de, em tempo, se tomarem decisões conducentes à execução de acções suplementares (correctivas), para repor o sentido e os objectivos do planeamento inicial. Estas acções podem ser levadas a efeito com o recurso a outro(s) instrumento(s) de poder diferente(s) do inicialmente utilizado.

Portugal, como membro da Aliança, no momento, tem acompanhado formalmente o desenvolvimento de todas as acções de consolidação da doutrina das EBO e que ocorrem no Allied Command Transformation, através do Estado – Major General das Forças Armadas. Contudo, as Forças Armadas Portuguesas não podem deixar de acompanhar as rápidas mudanças que se estão a verificar na generalidade dos países aliados, em todos os níveis de interesse, no qual incluímos o da doutrina. A realidade nacional limita o nosso nível de ambição sobre esta matéria, conduzindo a soluções consideradas como mais adequadas às capacidades do nosso país. Porém, não se deve perder de vista as oportunidades que, entretanto, possam surgir, no sentido de daí se poderem retirar vantagens. Neste caso, a preocupação de Portugal em acompanhar essa evolução tem sido efectiva, como é demonstrado pela sua intenção de aquisição de capacidades no âmbito das Informações, Vigilância e Reconhecimento que permitam, até final de 2023 e com início em 2010, dotar o Sistemas de Forças Nacional do Exército com a capacidade para a Gestão da Informação. Tal irá proporcionar alguma superioridade na área da informação e, conseqüentemente, no âmbito da decisão, factores determinantes para a capacidade de conduzir e executar Operações Baseadas nos Efeitos. Esse esforço tem sido, também, visível na adequação das Estruturas Operacionais de Pessoal dos Comandos e Estados Maiores das Brigadas, onde aparecem, já, células capazes de planejar, integrar e avaliar os efeitos a produzir ou já conseguidos, e no esforço na formação dos futuros Quadros das Forças Armadas.

A realidade da globalização é incompatível, ou mesmo perigosa, perante a estagnação e o conservadorismo do pensar e do agir militar. Algo tem de ser feito para se garantir que estamos à altura das exigências e dos desafios do futuro. Começar hoje é um direito e uma obrigação. E as Operações Baseadas nos Efeitos poderão ser uma das vias a percorrer.

Como diz Ortega e Gasset, “*O ideal, quando o é, não é uma fantasia ou um sonho: é a antecipação de uma realidade futura*”.

IESM, 09 de Março de 2006

ANEXO 1

Conflict: Towards an Effects-Based Policy?

1945 to 1990	1991 to 2001	2002 to ?
<ul style="list-style-type: none"> •Linear System •Limited Dimensions •Sequential operations •Reacting to Threats •Attritional Forces •Focus on Attack and Defence •Single service focus •Civilian vs Military •Mass/Directed weapons 	<ul style="list-style-type: none"> •Asymmetric System •Increasing Dimensions •Rapid reaction operations •Coping with Threats •Response Forces •Focus on Outcomes/Exits •Joint/Coalition Focus •OOTW and Civ-Mil Ops •Small/Light Weapons 	<ul style="list-style-type: none"> •Complex Adaptive System •Unlimited Dimensions •Complex operations •Mitigating Threats •Agile Forces •Focus on Effects •'Collaborative' Focus •Inter-Agency Direction •Advanced Technology and WME

From, R Vermaas, *Future Perfect: Effects Based Operations, Complexity and the Human Environment*, (ORD Research Note, Department of National Defence (Canada), 2004.

ANEXO 2

CAPABILITY IMPROVEMENT CHART I / 2005
(COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION)

PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO 3

SPEECH BY JAVIER SOLANA

RESEARCH AND TECHNOLOGY AN IMPERATIVE FOR EUROPEAN DEFENCE

PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO 4

GRELHA DE VERIFICAÇÃO DE MODALIDADES DE ACÇÃO
(JP 3- 30 WITH EBO)

PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO 5

EFFECTS CELL
(APPENDIX 8 TO DJTF SOP)

PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO

APÊNDICE 1

OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS – UMA EXPERIÊNCIA RECOLHIDA NO AFEGANISTÃO

(Adaptado de “*Effects-Based Operations in Afghanistan: The CJTF-180 Method of Orchestrating to Achieve Objectives*”. HERNDON, Major Robert B., [et. al.]. Field Artillery, Jan/Feb 2004)

1. INTRODUÇÃO

Os EUA têm sido o mentor e o impulsionador deste novo conceito, conhecido como Operações Baseadas nos Efeitos (EBO). Procurando desenvolver e tirar ensinamentos que lhe permita refinar o conceito criado, aquele país tem-no aplicado no Afeganistão, utilizando esse Teatro de Operações (TO) como laboratório e, ao mesmo tempo, sala de aula.

Uma das forças que no Afeganistão é um instrumento de aplicação do conceito em causa, é a CJTF 180. Nesse TO, aquela força combinada, desenvolveu e tem aplicado, um método de sincronização de fogos conjuntos e de efeitos. Tal método tem sido considerado não só como uma forma de atingir a intenção do comandante daquela força, mas também tem servido como modelo experimental de integração de fogos letais e não letais, sendo tal integração feita ao nível do comando central (CENTCOM). No Estado-Maior do CJTF 180, os elementos que planeiam os fogos conjuntos (JFE) utilizam toda a informação ao seu alcance, de forma integrada, para identificar as oportunidades proporcionadas pela condução das diversas operações, também elas vistas de forma holística, com a finalidade de:

- Capacitar as instituições Afegãs, com vista à sua prosperidade;
- Ajudar a remover as causas de instabilidades;
- Negar a activação de santuários inimigos, combatendo o terrorismo.

De seguida, vamos ver, qual o processo utilizado para conduzir as EBO, qual a estrutura organizacional que permite as mesmas, qual o impacto delas no conhecimento e na concretização da intenção do comandante e o qual a influencia que tais operações têm no futuro dos sistemas de apoio de fogos.

2. DEFINIÇÃO DE EBO

Uma definição possível para o conceito decorrente da palavra “efeito” poderá ser o seguinte: “É o resultado/evento/consequência, físico, funcional ou psicológico, que resulta de uma acção específica militar ou não militar.”¹

“EBO é um processo desencadeado com vista a obter um resultado ou efeito estratégico desejado sobre o inimigo, através da aplicação energética, multiplicativa e acumulativa, de longa

¹ US JOINT FORCE COMMAND Glossary: <http://www.jfcom.mil/about/glossary.letter#E>

amplitude e alcance, das capacidades militares e não militares, nos níveis tático, operacional e estratégico”.²

O “Army War College” afirma que o desenvolvimento e o processo inerente a uma EBO incluem a identificação e o comprometimento de uma vulnerabilidade inimiga, bem como das suas forças, através de uma forma unificada e focalizada e usa todos os instrumentos disponíveis, que tragam vantagem sobre o opositor, para produzir efeitos específicos e consistentes com a intenção do comandante.³

3. O Ambiente Operacional do CJTF – 180

Tendo em conta a experiência recolhida pela CJTF-180, para se poder começar a explicar, de que forma a intenção do Comandante é traduzida no largo espectro dos efeitos é importante compreender a estrutura ou o ambiente operacional da Área Operacional, conjunta e combinada, do Afeganistão (CJOA).

Naquela CJOA estão a ser, continuamente, desenvolvidas operações de combate, decisivas, envolvendo um terço do território do Afeganistão, incidindo-se a maior parte das acções em causa, ao longo da fronteira com o Paquistão. Nestes combates têm lugar efeitos letais e não letais, com o objectivo principal de se conseguir definir e desenvolver um ambiente que permita a reconstrução do país como um todo.

No Afeganistão existem forças conjuntas, com preponderância da componente americana, que possuem sistemas letais de destruição. São exemplo destas ultimas, a 1st Brigade of 10th Mountain Division’s CJTF Warrior, a Combined Joint Special Operations Task Force, que possui a 19th Special Forces Groups (Airborne), e o 354th Expeditionary A10 Fighter Squadron. Estas forças têm o principal objectivo de, através de operações de combate, negar a implementação de santuários terroristas e eliminar as forças estrangeiras adeptas dos Taliban, bem como as forças afectas à Al Qaeda e as forças anti-coligação pertencentes a Hizb e Islami Gulbuddin.

Na zona pacificada do Afeganistão, que é a maior parte daquele país, a Combined Joint Civil Military Operations Task Force encabeça os esforços não letais, que visam garantir a consolidação do sucesso e da paz para a restante superfície do País. Esta força, que se encontra situada em Kabul, tem equipas regionais de reconstrução (Provincial Reconstruction Teams (PRT)), empregando-as de forma a prestar uma consolidada ajuda às mais de 30 províncias que iniciaram a reconstrução das suas infra-estruturas e a ajudar a montagem das estruturas burocráticas, que são inexistentes, face aos mais de 20 anos de guerra contínua que o país sofreu.

² Idem

³ Lieutenant Colonel Allen W. Batschelet, “Effects – Based Operations: A new Operational Model?”, Carlisle Barracks, TA; US Army War College, 9 April 2002

O objectivo político dos EUA é garantir um governo, para o Afeganistão, comprometido e capaz de prevenir o reaparecimento do terrorismo no solo Afegão. E este, é o “*End State*” que o comandante da força no Afeganistão (CCJTF-180) deverá atingir.

As cinco ameaças que o governo islâmico do Afeganistão sente são: os militantes Anti-coligação e Anti-governo; a antiga Aliança do Norte, que pode passar a ser considerada, de forma perigosa, pela população do país, como uma instituição de segurança; o potencial esquecimento, em termos de apoio a conferir àquele país, por parte da comunidade internacional; os esforços de destabilização protagonizados pelos Países vizinhos; e, por fim, os problemas internos, como sejam os senhores da Guerra, uma governação baseada na corrupção etc. Destas, as duas com maior poder e que exigem um combate bem estruturado por parte da CJTF-180, são os militantes anti-coligação, em especial os afectos à Al-Qaeda e às forças Talibans, e as ameaças internas já descritas.

Enquanto a CJTF Warrior e a CJSOTF se mantêm focalizadas nas ameaças que exigem, de forma incisiva, o emprego da força, já o CJCMOTF, em conjunto com as Organizações Internacionais e Não Governamentais, focalizam-se no atraso sentido pelo país e que necessita de ser, também ele, combatido para garantir uma estabilidade imprescindível ao desenvolvimento daquela nação.

4. EBO – ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para perceber as EBO no ambiente operacional próprio do TO do Afeganistão, temos de entender, primeiro quem planeia e quem executa tais operações, quem no Estado-Maior do CJTF deve propor e executar a sincronização dos efeitos e quais os meios disponíveis na força em questão para produzir o largo espectro de efeitos letais e não letais.

Quem tem a responsabilidade, na CJTF-180 de sincronizar as execuções dos efeitos letais e não letais é uma célula conhecida por Joint Effects Coordination Board (JECB). As tarefas por si executadas, têm sempre em conta a intenção do comandante da força. Aquele organismo é dirigido por uma Entidade conhecida como sendo o Director da Combined Joint Staff (DCJS). O JECB é um conselho de se preocupa com a aquisição dos alvos e com a acção que se deve ter sobre os mesmos (targeting). Para além disso, o JECB aprova os alvos seleccionados, sincroniza as acções que se devem desencadear sobre os mesmos e os efeitos que se pretende obter neles, e administra e atribui recursos de acordo com os efeitos a desencadear ao longo de toda a CJOA.

Muito similar a outros órgãos existentes em outras forças, que se debruçam sobre a temática da aquisição de alvos, o CJECB inclui o CJ3 e o CJ2; o “Elemento de Coordenação Director da Componente Aérea da USAF”; o “Planeador das Operações Informações (IO)” que está integrado no próprio CJ3 e que, pela sua importância no processo em causa (EBO), merece ser destacado; elementos representativos da Joint Intelligence Support Element (JISE), incluindo da “Secção de

Gestão Colectiva e Disseminação (CM&D). Adicionalmente, as acções dinâmicas e cinéticas que visam alvos, directamente conduzidas contra os módulos de C3 dos simpatizantes integrados nas milícias anti-coligação, são executadas através do Joint Intelligence Support to Targeting (J2T), organismo este, que está inserido na Fire Artillery (FA) Intelligence Officer. O JECB inclui, ainda, representantes do CJSOFT, CTFWarrior, um Staff de especialistas em assuntos judiciais, vulgo promotores de justiça, (SJA), elementos de Operações Psicológicas e de Relações Públicas (PA).

Sendo uma parte vital e real do processo de direcção conhecido por “Decidir, Detectar, Destruir e Avaliar (D3A)”, a Avaliação é uma preocupação de todo o Estado- Maior do próprio JECB, em especial no que diz respeito ao seu aperfeiçoamento.

Os elementos pertencentes ao JISE, IO e CMO têm a responsabilidade de providenciarem matrizes que orientem a avaliação táctica, sendo tais documentos-chave considerados como uma base de orientação para o caminho a seguir (Conceito conhecido por “Caminho para a frente”). Continuamente são providenciadas avaliações que incidem nos efeitos provocados, comparando-os com os desejados, sendo tal mensurado em termos de quantidade (através dos relatórios do JISE) e de qualidade (através dos relatórios da IO ou do CMO).

A responsabilidade pela organização e da viabilização do trabalho produzido pelo JECB é de uma entidade conhecida pelo nome de “Chefe dos Fogos do CJFF-180”, elemento este que pertence às 10th Mountains Divisions Deputy Fire Support Coordinator (DFSCoord). A principal missão desta Entidade é de sincronizar, através do espectro das operações, os efeitos, usando para tal os fogos letais e não letais. Os instrumentos disponíveis para levar a cabo as EBO, no TO do Afeganistão, são:

- Quanto aos meios capazes de desenvolver “acções letais”, temos: sistemas de fogos anti-aéreos, fixos e rotativos; Artilharia de Campanha; Morteiros; Forças Convencionais (CTFWarrior); Forças de Operações Especiais (CJSOTF); Forças pertencentes à Coligação; Forças de Milícia Afegã (AMF) e o Exército Nacional Afegão (ANA).

- Quanto aos elementos com capacidade para desempenhar “actividades não letais”, há a registar: Operações de CIMIC; Operações de Informação (IO), incluindo as conduzidas pelo sistemas “Combat Camera”; Operações Psicológicas (PSYOPS); Assuntos Civis (PA); Informações, Vigilância e Reconhecimento conduzidas por Elementos Especiais que estão no Teatro ou em Território Nacional (EUA); acções conduzidas pelas Forças Convencionais (CTFWarrior), pelas Forças de Operações Especiais e pelas Forças de Coligação.

- No que diz respeito aos instrumentos não militares, com importância nas EBO, há a apontar os seguintes: Equipas de Reconstrução de Província; outras Agências Governamentais (incluindo a Agencia Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID); Organizações Internacionais e Não Governamentais.

Após o Comandante ter difundido as suas orientações sobre os efeitos que pretende que sejam atingidos, Chefe dos Fogos e o seu JFE supervisionam todo o processo relativo à implementação da EBO pretendida, através de uma necessária recolha de informações, da nomeação de alvos, da atribuição de recursos e da execução e avaliação dos efeitos causados.

5. A IMPORTÂNCIA DO JOINT EFFECTS WORKING GROUP (JEWG)

Semanalmente, o Estado-Maior procede a actividades de coordenação, lavadas a cabo através do JEWG. Essencialmente, este órgão não é mais do que um grupo de trabalho que incide a sua acção na aquisição e análise dos alvos. Do trabalho deste grupo resultam recomendações importantes que, geralmente, são transmitidas, num briefing ou relatório, ao JECB.

Os trabalhos do JEWG, ou das equipas de aquisição de alvos, iniciam-se quando a NATIONAL COMMAND AUTHORITY (NCA`s), define e enuncia quais os objectivos políticos dos EUA a atingirem na CJOA. Usando o normal processo de decisão (MDMP), o Grupo de Planeamento das Operações (OPG) desenvolve a “Intenção do Comandante”. No caso da CJTF-180, a Intenção do Comandante foi definida tendo em consideração três linhas operacionais, a saber: Capacitar e tornar operacionais as Instituições Afegãs; Ajudar aquela Nação na remoção das causas da sua instabilidade; Negar, na CJOA, santuários ao inimigo e combater o terrorismo.

Após a definição da Intenção do Comandante, o Estado-Maior do JEWG irá desenvolver o “conceito” dos efeitos a produzir, tendo sempre em consideração que os mesmos devem contribuir, claramente, para a realização daquelas linhas de operações. A única alteração no processo é a seguinte: À primeira vista, o referido parece não trazer grande dificuldade em todo este processo. Os únicos desafios que surgem neste processo não são, necessariamente, o de determinar quais as acções que se deverão realizar para se atingir os efeitos pretendidos, mas determinar quais os indicadores que, surgindo, deverão despoletar a execução das acções mais convenientes, tendo sempre em consideração que uma boa gestão dos limitados instrumentos, ou combinação de meios à nossa disposição, é a forma mais adequada no facilitar de todo o desenrolar do processo em causa.

6. CICLO DE CAMPANHA DE AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS

Após a publicação da Ordem de Operações (OPORD), o OPG/JEWG, inicia um ciclo, com a duração de três semanas, no fim do qual se procederá à elaboração de uma “Ordem Parcelar Semanal”, com a qual se pretende introduzir factores correctivos que permitam redireccionar e redefinir as orientações mestras daquela EBO. Tais orientações incidem, normalmente, sobre: a aquisição de alvos, letais e/ou não letais; levantamento de pedidos a executar e de prioridades; a sincronização, em termos de IO, dessas mesmas prioridades; e nas recomendações, feitas pela CMO, relativas à aquisição de tais alvos.

Um exemplo de um ciclo de ações estendidas no tempo, e orientadas para uma EBO está ilustrado na seguinte figura:

Week	SUN	MON	TUE	WED	THUR	FRI	SAT
19	05	06 MDMP (23)	07 IOWG JEWG (21)	08	09 JECB (21)	10 Staff FRAGO (21)	11 Publish FRAGO (21) CCB
20	12	13 MDMP (23)	14 IOWG JEWG (22)	15	Subordinate Tactical Brigade Targeting Meeting		18 Publish FRAGO (22) CCB
21	19	20 MDMP (Week 24)	21 IOWG JEWG (23)	22			23 JECB (23)
22	26	27 MDMP (25)	28 IOWG JEWG (Week 24)	29	30 JECB (Week 24)	31 Staff FRAGO (Week 24)	01 Pub FRAGO CCB (Week 24)
23	02	03 MDMP (26)	04 IOWG JEWG (25)	05	06 JECB (25)	07 Staff FRAGO (26)	08 Publish FRAGO (25) CCB
24	09	10 MDMP (27)	11 IOWG JEWG (26)	12	13 JECB (26)	14 Staff FRAGO (26)	25 Publish FRAGO (26) CCB

Legend:
 CCB = Component Commander's Backbrief JECB = Joint Effects Coordination Board
 FRAGO = Fragmentary Order JEWG = Joint Effects Working Group
 IOWG = Information Operations Working Group MDMP = Military Decision-Making Process

As alterações aplicadas às orientações operacionais inicialmente formuladas, tais como são interpretadas pelo CENTCOM, bem como as ordens planeadas (PLANORDS) pelo Joint Chief of Staff (JCS), são analisadas e integradas no processo operacional do MDMP, que teve lugar, no exemplo em causa, na segunda-feira (20 de Outubro), objectivando-se, tal processo, nas operações que irão ser executadas três semanas depois (no exemplo dado, na semana 24). As orientações operacionais que foram redefinidas, ainda têm de ser analisadas pelo JEWG e pelo Information's Operations Working Group (IOWG), o que, no exemplo ilustrativo, acontecerá na terça-feira (21 de Outubro), tendo essa análise a sua influência nas ações que irão ocorrerão três semanas depois. O JEWG integra, até ao dia 28 de Outubro, as prioridades operacionais e táticas do CJTF-180, num relatório consolidado, tendo sempre em conta as operações táticas que ocorrerão duas semanas após, e transmite-o, na quinta-feira (30 de Outubro) ao DCJS.

Os elementos relevantes do processo inicial de MDMP e o trabalho desenvolvido pelo IOWG irão ser integrados pelo JEWG, fazendo-se, resolvendo-se nesse momento aspectos relacionados com a desconflitualização e a sincronização dos alvos a atingir. Aqueles elementos incluem aspectos relacionados com IO, com os objectivos e comunicados a difundir, resultados a obter através das PSYOPS, Press Releases a enviar, prioridades a definir e às quais se devem subordinar a execução das actividades e quais as medidas, actualizadas, que permitam uma maior eficiência no processo a desenvolver. O objectivo último do JEWG é providenciar soluções para uma aquisição operacional de alvos, com vista ao atingir dos efeitos desejados pelo comandante, soluções essas, que possam ser traduzidas em operações táticas.

Durante o JEWG, os DCJS aprovam alguns resultados, provenientes daquele grupo de trabalho e que irão ser integrados em ordens parcelares (FRAGO) emanadas, no nosso exemplo, no Sábado, 01 Novembro. Os elementos que, tipicamente, deverão integrar uma ordem parcelar daquele tipo, objectivada na execução dos efeitos letais e não letais são os seguintes: quais as prioridades em termos de aquisição de alvos e de grandes alvos a eliminar (HPT`s), tendo estes, previamente, sido classificados por categoria e importância; quais as prioridades dos pedidos de Informação (PIR); a definição do modelo de selecção de alvos (TSS); a difusão do conjunto de pedidos e prioridades; a definição das prioridades de Sincronização de IO; quais as Operações Psicológicas (PSYOPS); quais as recomendações em termos de aquisição de alvos nas actividades a executar pelos Assuntos Civis (PA); quais as recomendações em termos de aquisição de objectivos por parte do CMO; quais as regras de empenhamento específicas a ter em atenção.

Para uma minuciosa compreensão do processo, já descrito, e que decorre num período de três semanas, o que de seguida se apresenta é um exemplo, não classificado, onde se poderá perceber todos os passos que deverão ser tomados, para se produzir os efeitos desejados por um Comandante.

Como parte do planeamento da operação “Mountain Viper”, o JEWG determinou que fosse desencadeado um ataque letal e bem sucedido contra alvos do tipo C3 (Comando, Controlo e Comunicações) que, normalmente, se localizavam na região de Sami Ghar Mountain, no sul do Afeganistão, na província de Kandahar. Pretendia-se, com essa operação, que a mesma tivesse efeitos de rotura na continuidade da actuação, daquele tipo, do inimigo naquela área, estando a mesma justificada pelas seguintes directivas operacionais, enunciadas pelo Comandante da CJTF-180: negar santuários inimigos e combater os elementos opositores.

Depois da OPORD “Mountain Viper” ter sido publicada, o JEWG iniciou o seu “ciclo normal de campanha”. Na Segunda, dia 11 de Agosto, o MDMP identificou uma sua necessidade de informação e recomendou um esforço de “Informação, Vigilância e Reconhecimento” (ISR), a ter lugar na região de Sami Ghar. Esta recomendação foi enviada para o OPG, na Segunda-feira, dia 18 de Agosto, e para o JEWG na Terça-feira, dia 02 de Setembro. O DCJS aprovou tal recomendação na Quinta, dia 04 de Setembro, enviando-a para a JECB.

Aquela recomendação foi integrada na lista de prioridades que foi publicada na FRAGO semanal. De seguida, o Intelligence Collection Manager atribuiu os meios necessários provenientes dos sistemas de informação por rádio (SIGINT) e por imagem (IMINT), com vista a identificar os alvos pretendidos e seguir a sua pista. A actuação destes meios começou na semana de 07 de Setembro. As análises das informações obtidas pelo ISR, através de tais meios, validaram a viabilidade de se considerar aqueles alvos como passíveis de serem atacados. Tal validação foi

conseguida pela verificação e pela análise das informações obtidas acerca de cada um dos alvos que constituíam um conjunto explorável.

Como parte do processo de sincronização, o JEWG colocou em marcha, na sua reunião de 02 de Setembro, meios com vista preparar a área para a execução letal dos alvos. A nação hospedeira (Afeganistão) transmitiu, via rádio, em amplitude modelada, através de meios distribuídos pelas equipas de CMO, notícias instruindo os civis amigos de que deveriam evitar actividades na área onde ia decorrer a intervenção. Foram distribuídos cartazes esclarecedores e realizados encontros presenciais, protagonizados pelas equipas de CMA. Foram utilizadas forças de Operações Especiais e outros elementos das Agências Governamentais dos EUA que executaram acções adicionais para proteger a população civil amiga do país hospedeiro. Foram elaborados relatórios pelo Assuntos Civis, pré-datados, ficando prontos a serem oportunamente distribuídos, e onde se dava a conhecer, aos civis do país onde iria decorrer a intervenção e dos outros países, através das audiências, nacionais e internacionais, dos normais Órgãos de Comunicação Social (media), do que se tinha passado, sendo tais documentos, difundidos à medida que iam aparecendo, no decorrer das fase percorridas, os factos noticiáveis.

Durante o JEWG, na Terça, dia 09 de Setembro, o grupo de trabalho, de uma forma razoável, discerniu uma oportunidade para atacar o alvo que se encontrava na região de Samir Ghar. O DCJS aprovou, em 11 de Setembro, a aquisição do alvo a atacar, na reunião do JECB, e o mesmo foi colocado na “lista integrada de alvos prioritários, conjuntos”, do CJTF-180 (JIPTL). Tendo-se verificado que o alvo era móvel foi decidido que, logo que o alvo fosse detectado, a plataforma apropriada para executar o ataque ao mesmo, teria de ser um navio de guerra do tipo AC-130U.

Na noite de 16 de Setembro, fontes de informação detectaram o alvo fora de uma remota aldeia, em Sami Ghar Mountains. O JFE conduziu, inicialmente, um exercício em que se treinou a preparação e execução dos fogos e aprontou alguns meios nacionais (Americanos) de imagem para poderem ser utilizados para melhor poder fazer a avaliação dos danos colaterais, produzidos na área onde se encontrava o alvo, dando, assim, cumprimento ao definido pelo CENTCOM sobre esse assunto e que preconizava a redução dos mesmos ao mínimo necessário. O AC 130 identificou o alvo e o mesmo foi claramente adquirido. O ataque foi desencadeado e resultou, de acordo com a avaliação dos danos da batalha (BDA), em oito elementos inimigos mortos.

Nessa mesma noite, uma aeronave não tripulada (UAV), identificou, aproximadamente 25 combatentes talibans descendo um profundo vale. O JFE usou esta informação para planejar mais ataques à área do objectivo e limpar o mesmo de actividades irregulares.

Logo a seguir a este ataque, as equipas de CMO e as PRT estavam prontas a entrar na área para ajudar os civis locais. Estas equipas estavam preparadas para distribuir bolsas de primeiros socorros, providenciar a assistência médica, e para ajudar a reconstruir as infra-estruturas que

sofreram danos naquele ataque. Os efeitos que se esperava que essas equipas obtivessem, eram o de atrair/ganhar, com a sua acção, o apoio da população localizada na CJOA.

Aquele alvo específico foi, de seguida, avaliado como destruído, tendo tal sido baseado na análise do ataque conjunto executado e na consequente análise ao alvo, sistematicamente executada, na semana seguinte ao empenhamento descrito. De acordo com fontes HUMINT, e com as informações provenientes das equipas de CMO que, posteriormente actuaram naquela área, a actividade que se seguiu, protagonizada pelos elementos talibans, demonstrou que os fogos provocaram significativos efeitos de rotura na mesma. Informações recolhidas indicaram, ainda, que os elementos inimigos, que costumavam actuar naquela área, receberam instruções para passarem a movimentar-se em pequenas equipas de dois a cinco homens, como forma de prevenção de serem adquiridos como alvos remuneradores, a serem batidos pelas forças da coligação. Estas informações e as subsequentes operações de CMO conduzidas na região, validaram a eficácia do ataque conduzido em 16 de Setembro, na região de Samir Ghar, ajudando, assim, ao aparecimento dos efeitos desejados e definidos como: negar santuários inimigos e combater o terrorismo.

A técnica discutida neste artigo não é mais do que isso: uma técnica. O estudo do Institute for Defense Analyses, conhecido por: “As novas perspectivas das operações baseadas nos efeitos”, identifica sete atributos para as EBO, a saber: a necessidade de se focarem numa decisão superior; serem aplicáveis na paz e na guerra, isto é, no completo espectro das operações; com um directo ponto de interesse, para além de uma imediata “primeira ordem de efeitos”; necessitando de uma compreensão sobre os vários sistemas utilizados pelo adversário; devendo proporcionar uma capacidade de adaptação disciplinada; devendo utilizar os diversos elementos de poder nacionais; haver a capacidade, por parte de quem toma as decisões, para adaptar regras e para assumir a realidade. O CJTF-180 interiorizou estes sete atributos no seu processo de planeamento e de execução das EBO, adaptando-se, muito vincadamente, ao ambiente operacional onde actua, empenhando, constantemente, o inimigo (quinto atributo), e ganhando o apoio do Exército Nacional Afegão, como forma de garantir a segurança interna daquele país (atributo nº6).

A chave do sucesso do CJTF 180, na execução das EBO, foi ter-se concentrado nos efeitos atingidos através do processo e não no processo em si. Por vezes, os planeadores do CJTF 180 concentraram-se no processo e ignoraram os efeitos que foram gerados, o que conduziu a realidade de terem falhado na adaptação necessária, em especial sempre que o inimigo assumia uma alteração (por exemplo na forma de actuar), falhando, por isso, na exploração das vantagens que os efeitos obtidos poderiam ter criado.

Os artilheiros do Exército americano estão a procurar assumir uma postura pró activa de passarem de “elementos responsáveis pelo apoio de fogos” para “elementos responsáveis pela

sincronização dos efeitos”. Têm a pretensão de compreender como se devem empregar os instrumentos letais e não letais, como forma de poderem apoiar melhor a visão e a actuação de um comandante de operacional, quando empenhado numa operação futura. Pretendem, assim, ser capazes de trabalhar com equipas de Assuntos Cívicos, em ambientes onde actuem elementos de Operações Especiais, com Coligações e Forças de países hospedeiros, mas também com Organizações Governamentais ou Não Governamentais (OGA ou ONG). No CJTF 180 é o Chief of Joint Fires que executa as funções do CJTF-180 Effects Coordinator, supervisionado, com o seu JFE, todo o processo que se inicia com o desenvolvimento do Conceito do Comandante sobre os efeitos, tendo sempre acesso aos resultados obtidos. Esta é a demonstração do que os artilheiros americanos pretendem ser no futuro. Tal está bem ilustrado no facto de, como CJTF 180 Effects Coordinator, o Chief of Fires ser um dos principais intervenientes das EBO.

Mas, por outro lado, exige do pessoal, a todos os níveis, capacidades acrescidas para o melhor desempenho em termos de competências. A especialização é cada vez uma exigência maior, face ao rigor que caracteriza cada tarefa, onde todo o gesto e atitude é factor influenciador do sucesso.

Possuir condições para perceber e fazer frente a rápidas alterações do ambiente operacional, podendo vir a actuar e sobreviver em todo o espectro do conflito, deverão caracterizar as forças militares, na linha do que actualmente se pretende com as NRF.

A auto-disciplina e a competência técnica advêm das melhores condições de formação e treino, sustentadas pela excelência do saber e pelos valores morais e éticos. Trata-se de um factor que reputamos de fundamental importância, principalmente quando se lida com culturas diferentes e em território estranho, pelo que tanto individual como colectivamente, em todos os escalões e funções, a percepção e a sensibilidade adequadas, têm que coexistir com a determinação no cumprimento de cada tarefa e missão, no escrupuloso cumprimento das Regras de Empenhamento em vigor. Os acontecimentos na prisão de Abu Ghraib são o exemplo de como um militar ou um reduzido grupo de militares originam efeitos altamente indesejáveis, comprometendo a própria missão e o esforço centenas de milhares, ou mesmo de milhões, de pessoas empenhadas na mais rápida solução do conflito, cujo prolongamento será sempre à custa de recursos e de vidas.

Pela experiência que já vai sendo adquirida com as nossas Forças Nacionais Destacadas e das condições em que estas têm operado nos diferentes Teatros de Operações onde têm sido envolvidas, vão-nos dando um conjunto de indicadores que permitem identificar capacidades e competências essenciais para o desempenho das diferentes tarefas e funções num contexto de EBO.

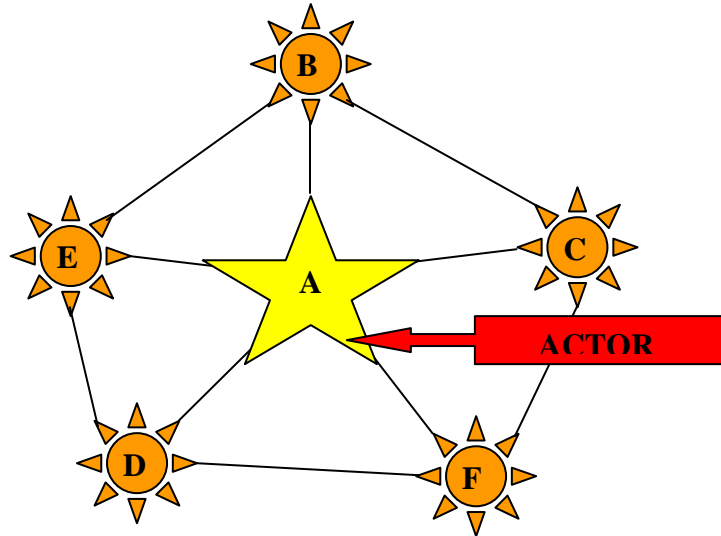
Assim, integrando a experiência de actuação isolada de UEB fora do TN com os novos conceitos subordinados a uma metodologia EBO, constata-se que o Comandante de uma FND não

se limita à figura de um líder tático, tendo que reunir capacidades diversas, que para além da liderança tática lhe permitam analisar o ambiente operacional, para antecipar eventuais alterações da situação, constituir-se como um gestor no sentido de otimizar recursos e ainda como um diplomata que lhe permita promover o melhor relacionamento a todos os níveis, dentro da sua esfera de acção e daí retirar as máximas vantagens. Por outro lado deve estar assessorado por um Estado-Maior altamente qualificado e experiente, com capacidade para planejar, avaliar, agir e reagir no mais curto prazo de tempo, com estudos e propostas de elevada qualidade, exponenciando a quantidade e a qualidade de informação disponível através da NCW. Ao nível das Subunidades de Combate e de Apoio de Combate, os Quadros e Tropas devem estar apetrechadas com o mais completo leque de capacidades para operarem em todo o espectro do conflito, com o mais elevado índice de desempenho, apenas possível através da qualidade da formação individual e do treino colectivo, a par da constante disponibilidade, do rigor da disciplina e do sentido de missão marcado pela coragem moral e física e, muito importante, pelo muito bom senso.

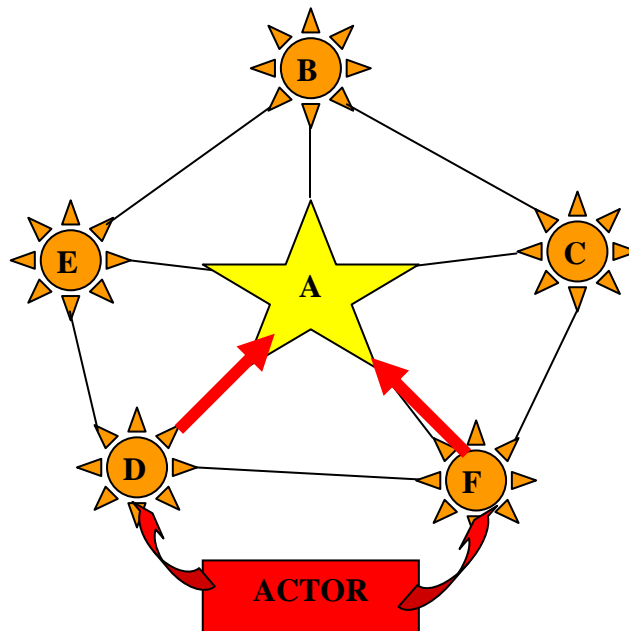
Assim, independente do avanço e do aproveitamento das tecnologias, que poderão conduzir a profundas evoluções e alterações de conceitos e de estruturas organizacionais, o Homem, no todo da sua própria dimensão, constituirá sempre o elemento chave do sucesso ou do insucesso das finalidades temporais e intemporais que justificam o emprego militar e político do produto da investigação científica, que, como é sabido tende a trocar o confronto em massa pelo conceito de zero baixas e pela anulação de danos colaterais.

APÊNDICE 2

EFEITO PRETENDIDO – Atingir A



MODALIDADE 1 – A é atingido directamente



MODALIDADE 2 – A é atingido indirectamente através de D e F

FIGURA 1

(Adaptado de Maj. Viegas Nunes)

EFEITOS NOS NÍVEIS DA GUERRA

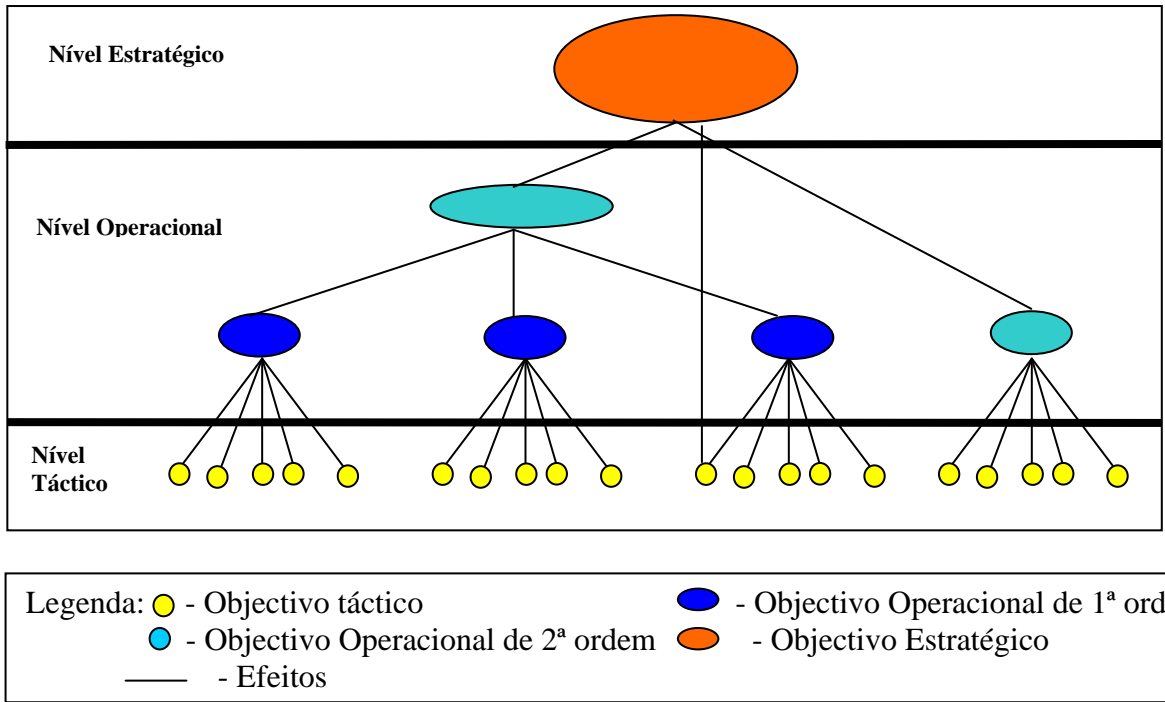


FIGURA 2

LINHAS DE OPERAÇÕES

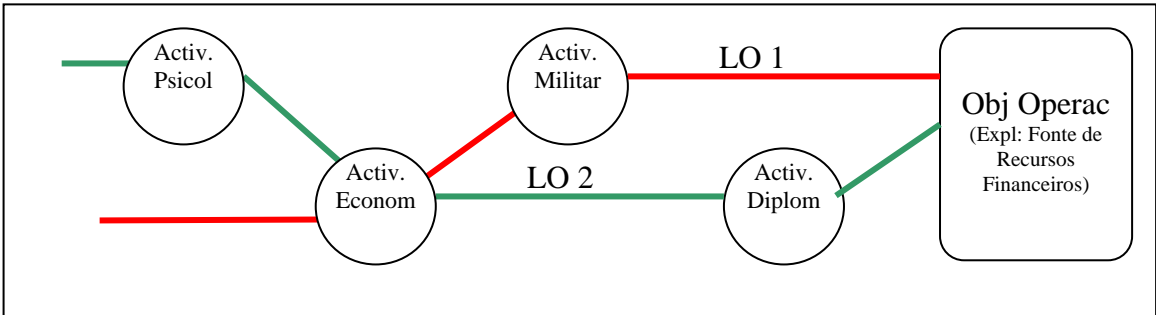


FIGURA 3

APENDICE 3

(GLOSSÁRIO DE CONCEITOS)

Uma acção - *é o processo de fazer ou actuar a qualquer nível ou através de qualquer instrumento do poder.*

Ameaça – “Uma ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais.”¹

Área de Operações – “Área delimitada, necessária para conduzir as operações militares e para a administração dessas operações.”²

Assimetria – “Recusa das regras de combate impostas pelo adversário aumentando, deste modo, o grau de imprevisibilidade das operações.”³

Ameaças Assimétricas – “Ameaças com métodos e meios não convencionais, para tentar enganar ou negar capacidades ao adversário, explorando a sua fraqueza, com o emprego de um potencial de que resultam efeitos desproporcionados”.⁴

Ameaças Transnacionais – “ameaças entre agentes da cena internacional, protagonizadas por forças transnacionais, independentes do Estado e intervindo na luta pelo poder no interior de cada Estado. (...) A novidade está em que o confronto das ideologias e interesses que representam deixou de ter sempre os Estados como intermediários, antes passaram a ser frequentemente condicionados pela acção daquelas forças transnacionais.”⁵

Campanha – “Uma série de operações militares, planeadas para atingir um objectivo estratégico numa determinada área, tempo, que normalmente envolve forças terrestres, navais e aéreas.”⁶

Centros de Gravidade – “Centros de gravidade são as características, capacidades ou localizações, dos quais depende liberdade de acção, a força ou vontade de combater, de uma força militar.”⁷

Conflito de Alta Intensidade – *High-Intensity Conflict (HIC)* – “Guerras entre duas ou mais nações e respectivos aliados, se existirem, em que os beligerantes empregam a mais moderna

¹ COUTO, Abel Cabral, – Elementos de Estratégia: apontamentos para um curso, Vol I, p. 329.

² AJP-1 (B).

³ Adaptado de BONIFACE, Pascal – Guerras do Amanhã, p. 137.

⁴ FINAL Decision on MC 472, cit. 8, p. 1-A-1.

⁵ MOREIRA, Adriano, Teoria das Relações Internacionais, p. 456.

⁶ AAP-6.

⁷ FM 3-0

tecnologia e todos os recursos de informação, mobilização, poder de fogo, incluindo as armas NBQ, comando e controlo, e comunicações e apoio de serviços.”⁸

Conflito Assimétrico – “Tentativas de contornar ou minar o potencial de um opositor enquanto se exploram os seus pontos fracos, utilizando métodos substancialmente diferentes do modo habitual do opositor operar”.⁹

Crise – “Rotura no normal fluir dos acontecimentos políticos, quer internos quer externos, dos agentes do sistema internacional, que pode colocar em risco a estabilidade estratégica e, como tal, exige uma resposta política complexa onde, normalmente, o recurso à coacção é utilizado”¹⁰.

Desenvolvimento na Base do Conhecimento (KBD) é a actividade contínua que proporciona um amplo conjunto de informações relacionadas com a área de operações (sob o ponto de vista dos aliados, neutros, adversários e actores civis), a percepção das ligações entre actores e todos os elementos essenciais e necessários para planejar e conduzir as EBO.¹¹

Domínio Cognitivo das Operações é o espaço onde têm lugar as decisões e todo o processo mental que conduz às suas construções, por parte dos Comandantes, a todos os níveis.¹²

Domínio da Informação no âmbito das Operações é a área do tratamento, utilização e partilha da informação, mormente a essencial para o apoio à decisão. Nela têm lugar as actividades do Comando e Controlo (C2).¹³

Domínio Físico das Operações é o tabuleiro onde ocorrem as acções físicas militares (terrestres, marítimas e aéreas). Inclui, também, o espaço (de acordo com a doutrina dos EUA).¹⁴

Doutrina – “Princípios fundamentais pelos quais as forças militares orientam as suas acções em apoio de objectivos. É determinante mas exige capacidade de julgamento na sua aplicação.”¹⁵

Efeitos – Segundo o CAFJO, um efeito “é uma consequência cumulativa ao longo do ambiente, causada por uma ou mais acções. Um objectivo será alcançado pela criação de um número de efeitos” Outra definição de efeitos é a seguinte: “Os resultados, acontecimentos ou consequências físicas, funcionais, sistémicas e/ou psicológicas que resultam de uma acção militar específica.”¹⁶.

Efeitos colaterais – “resultados quando algo diferente do planeado acontece. Podem ser tanto positivos como negativos, quanto à intenção inicial. Em certo sentido, os efeitos colaterais podem

⁸ NC – 70-70-09 (NS96008), *Operações de Paz e Dissuasão*, IAEM, 1996

⁹ US Joint Chiefs of Staff

¹⁰ VIANA, Vítor Daniel Rodrigues – O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas. Boletim IAEM. p. 161.

¹¹ CAFJO

¹² CAFJO

¹³ CAFJO

¹⁴ CAFJO

¹⁵ U.S. Army Field Manual FM 100-20, Maio de 1986

¹⁶ Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

constituir efeitos incidentais directos ou indirectos – geralmente não intencionais – que produzem ferimentos ou danos a pessoas, objectos ou sistemas.”¹⁷

Efeitos cumulativos – “efeitos resultantes do agregado de numerosos efeitos directos e indirectos. Podem ocorrer no mesmo nível ou em níveis diferentes de emprego, à medida que se realizam os efeitos de ordem inferior. Contudo, os efeitos cumulativos ocorrem caracteristicamente nos níveis mais elevados de emprego.”¹⁸

Efeitos Desejáveis, são os que contribuem de forma directa e com impacto positivo para alcançar o estado final pretendido.¹⁹

Efeitos directos – “efeitos imediatos, de primeira ordem (resultado do emprego das armas etc.). São os resultados das acções militares, sem efeitos ou mecanismos intervenientes entre a acção e o resultado. Os efeitos directos são geralmente imediatos e facilmente reconhecíveis.”²⁰

Efeitos de 2ª, 3ª ... n ordem – “[a] causa [b] causa [c] causa Por exemplo, perturbações na rede eléctrica.... Produzem ondas de apagões....os quais perturbam a distribuição de combustível aos aeródromos....que por sua vez irão perturbar as operações aéreas.”²¹

Efeitos dominantes – “um conceito de operações combinadas baseadas em efeitos, aplicável em todo o espectro de operações e em todos os níveis do conflito.”²²

Efeitos em cascata – “efeitos indirectos que se propagam por um sistema inimigo, influenciando, frequentemente, outros sistemas também. De modo característico, esses efeitos podem influenciar nós que sejam críticos para sistemas múltiplos. Os efeitos em cascata podem ser tanto para cima quanto para baixo; contudo, o mais frequente é que esses efeitos indirectos em cascata fluam dos níveis superiores das operações para os inferiores. Por exemplo, quando quartel-general inimigo é destruído, os efeitos seguem em cascata, descendo pelos escalões inimigos chegando, finalmente, a desorganizar numerosas unidades tácticas no campo de batalha.”²³

Efeitos estratégicos – “efeitos que perturbam a estratégia global do inimigo, a capacidade ou a vontade para fazer a guerra, ou uma agressão.”²⁴

Efeitos físicos – Segundo o CAFJO, são normalmente efeitos de 1ª ordem. As alterações que provocam resumem-se a danos locais, susceptíveis de serem contabilizados, em que a capacidade de recuperação do sistema é elevada; sendo o seu valor, em termos do estado final, baixo. Geralmente ocorrem em ambiente esclarecido.

¹⁷ JP 3-30, “Joint Dctrine for Targeting”, 06Jun00, versão preliminar para coordenação.

¹⁸ JP 3-30, “Joint Dctrine for Targeting”, 06Jun00, versão preliminar para coordenação.

¹⁹ CAFJO

²⁰ JP 3-30, “Joint Dctrine for Targeting”, 06Jun00, versão preliminar para coordenação e CAFJO

²¹ Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

²² Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

²³ JP 3-30, “Joint Dctrine for Targeting”, 06Jun00, versão preliminar para coordenação.

²⁴ Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

Efeitos funcionais – “efeitos directos ou indirectos de uma operação ou ataque, quanto à capacidade que tem o alvo de funcionar adequadamente. Em essência, esses efeitos respondem à questão: em que medida a função do alvo foi degradada ou afectada pelas acções militares?”

Efeitos indirectos – Segundo o CAFJO, são o resultado de acções indirectas sobre o alvo principal, ou seja, são os efeitos criados por uma acção directa sobre um alvo periférico. Outra definição de efeitos indirectos é a seguinte: “efeitos criados por meio de um efeito ou mecanismo intermediário, produzindo um resultado ou produto final. Efeitos indirectos são efeitos de segunda e terceira ordem, que podem ser funcionais, sistémicos ou psicológicos. Tendem a ser atrasados e, caracteristicamente, são mais difíceis de serem reconhecidos do que os efeitos directos.”²⁵

Efeitos Intencionais, são os que produzem um certo grupo de efeitos.²⁶

Efeitos não Desejáveis, são os que perturbam ou ponham em risco o estado final pretendido.²⁷

Efeitos não Intencionais, são os que não são antecipados ou previstos estarem associados com o estado final pretendido. Estes efeitos podem ser *desejáveis* ou não *desejáveis*.²⁸

Efeito operacional – “a ligação entre os resultados táticos e a estratégia; tipicamente é o somatório dos resultados das missões, empenhamentos e batalhas. Um efeito operacional também pode resultar da perturbação de sistemas ou áreas de valor operacional.”²⁹

Efeitos primários (ou de primeira ordem), são os efeitos que resultam, directamente, de uma acção.³⁰

Efeitos psicológicos – Segundo o CAFJO, são efeitos indirectos de 2ª, 3ª, n ordem que produzem alterações que se propagam através do sistema. Constituem-se como efeitos destrutivos, sem possibilidade de recuperação. Neles, as alterações de atitude são o indicador de sucesso. Tais efeitos são do mais elevado valor e desenvolvem-se num ambiente complexo. Outra definição é a seguinte: são o “Impacto de uma operação no domínio mental de um público-alvo.”³¹

Efeitos sistémicos – Segundo o CAFJO, são aqueles que decorrem dos efeitos físicos, pelo que são indirectos, de 2ª e 3ª ordem. As alterações que provocam propagam-se através do sistema, causando danos. Esse sistema, é susceptível de se adaptar e de evoluir, sendo a sua capacidade de recuperação, medida através da sua “performance”; de valor médio. Geralmente ocorrem em ambientes complexos. Outra definição é a seguinte: são “efeitos indirectos nas operações de um

²⁵ JP 3-30, “Joint Dctrine for Targeting”, 06Jun00, versão preliminar para coordenação.

²⁶ CAFJO

²⁷ CAFJO

²⁸ CAFJO

²⁹ Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

³⁰ CAFJO

³¹ Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

sistema ou sistemas específicos.³² Em essência, respondem à pergunta: em que grau o sistema ou sistemas foram degradados ou afectados pelas acções militares?”³³

Efeitos de ordens subsequentes, são o(s) efeito(s) que resultam de outro efeito.³⁴

Escalada – “Um aumento, deliberado ou não premeditado, no nível de violência de um conflito”³⁵.

Estado Falhado (resultante do fenómeno de desestruturação dos Estados) – “É um termo controverso utilizado para significar um Estado fraco cujo governo central tem pouco controlo prático sobre uma grande parte do seu território. Quando isto acontece (e.g. pela presença dominante de senhores da guerra, milícias, ou terrorismo), a própria existência do Estado torna-se dúbia pelo que se transforma em Estado falhado. A dificuldade em determinar se um dado governo mantém um “monopólio legítimo do uso da força” (que inclui o problema da definição de “legítimo”) significa não ser muito claro quando se pode afirmar com precisão que um Estado é “falhado”. A controvérsia deriva das implicações políticas e militares de se classificar um Estado como “falhado”. As leis e proclamações do seu governo podem ser ignoradas e em alguns casos podem ser desencadeadas acções violentas no interior das fronteiras do “Estado falhado” por agentes de outros países”³⁶.

Estado Final – “O estado final é uma finalidade única, clara e não ambígua obtida pela concretização de um ou mais objectivos estabelecidos pelo NAC. Este Estado Final é a situação a que se chega quando todas as operações, militares e não militares, tiverem sido conduzidas com sucesso.”³⁷

Força Combinada – “É estruturada para um período mais ou menos longo com elementos das forças armadas de duas ou mais nações aliadas.”

Força Conjunta – “É constituída por elementos significativos de mais de um ramo das forças armadas, subordinados ao mesmo Comandante. Pressupõe uma certa permanência no tempo.”

Força Expedicionária – “Uma força armada organizada para cumprir um objectivo específico num país estrangeiro”.³⁸

Globalização – “É um processo de mudança amplo, contraditório, heterogéneo e profundo nas relações entre as sociedades, nações e culturas e que gerou uma dinâmica de interdependência nas áreas económica, política e cultural em que se desenvolve o actual processo de mundialização”.³⁹

³² Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

³³ Livro Branco do Comando do Combate Aéreo para as EBO (USAF).

³⁴ CAFJO

³⁵ U.S. Army Field Manual FM 100-20, Maio de 1986

³⁶ <http://www.answers.com/main>

³⁷ CAFJO

³⁸ www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/

³⁹ VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação. Declaração de Sintra, Portugal. Julho de 1998.

Interoperabilidade – “A capacidade dos sistemas, unidades, ou forças, garantirem e/ou aceitarem serviços de outros ramos, unidades, ou forças. A utilização da troca de serviços permite que operem mais eficazmente em conjunto. Historicamente, os problemas de interoperabilidade têm vindo a ser resolvidos principalmente através das experiências e falhas ocorridas durante a condução de operações reais por um período de tempo alargado.”⁴⁰

Linhas de Operações - dão a orientação de uma força em relação ao inimigo. Descrevem a forma como as forças militares devem ser aplicadas no tempo e no espaço, apoiando-se em PD e definindo o caminho a percorrer até se atingir o CG do inimigo.

Nível Operacional Da Guerra – “O nível da Guerra no qual as campanhas e grandes operações são planeadas, conduzidas e sustentadas para se cumprirem objectivos estratégicos nos teatros ou áreas de operações. Neste nível, as actividades implicam uma dimensão mais alargada no tempo e espaço do que as táticas e garantem os meios pelos quais os sucessos táticos são explorados para se conseguirem os objectivos estratégicos”.⁴¹

Um objectivo, *é um resultado intencional a ser alcançado pela agregação de efeitos especificados. Um conjunto de objectivos fornece um valioso e completo entendimento do Estado Final.*⁴²

Operações de Apoio à Paz – *Peace Support Operations* – “Operações multifuncionais efectuadas imparcialmente em apoio de um mandato das Nações Unidas/OSCE, envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias e são concebidas para se alcançar uma resolução política duradoura ou outras condições especificadas no mandato. Incluem a manutenção de paz e a imposição da paz, bem como a prevenção de conflitos, a criação e a construção da paz e as operações humanitárias.”⁴³

Operações Humanitárias – *Humanitarian Operations* – “Operações efectuadas para aliviar o sofrimento humano. Podem preceder ou acompanhar actividades humanitárias desenvolvidas por organizações civis especializadas.”⁴⁴

Ponto Decisivo – São os pontos ou elementos que trazem nítida vantagem sobre o inimigo, e influenciam o resultado de uma acção. Podem ser pontos geográficos, cidades, bases de operações, acontecimentos etc.

Segurança Integrada – “Expressão utilizada para reforçar a noção de que a *Segurança* envolve acções e medidas coordenadas provenientes de todas as expressões do *Poder Nacional* e tem um

⁴⁰ *US Army Field Manual FM 100-8, 1997.*

⁴¹ *U.S. Army Field Manual FM 100-20, Maio de 1986.*

⁴² CAFJO

⁴³ *MC 327/2.*

⁴⁴ *MC 327/2.*

carácter integrado que, no tocante à dimensão da «segurança interna», obriga a uma adequada articulação entre as FA e as Forças e Serviços de Segurança”.⁴⁵

Sincronização – “É a distribuição ordenada de actividades no tempo, espaço e por finalidades, para dispor do máximo potencial de combate relativo no momento e local decisivos.”⁴⁶

Situação de Crise – “É aquela que, face a uma alteração brusca do ambiente interno ou internacional, induz no decisor a percepção de que existe uma ameaça aos interesses nacionais vitais exigindo uma actuação rápida e adequada e da qual pode resultar o envolvimento em hostilidades militares”.⁴⁷

Teatro de Guerra – “O teatro de guerra é o espaço aéreo, terrestre ou marítimo que está ou pode vir a estar directamente envolvido na conduta da guerra.”

Teatro de Operações – “O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate.”

Treino Operacional – “O conjunto de actividades de treino que se destinam à manutenção e aperfeiçoamento das capacidades operacionais dos militares, individual ou colectivamente. É neste conjunto de actividades que se inserem os exercícios operacionais, sendo também no quadro do treino operacional, que o Exército aplica e valida a doutrina em vigor no que ao planeamento e conduta das operações diz respeito, pratica e aperfeiçoa as necessárias acções de coordenação entre os elementos de comando, de manobra, de apoio de fogos, de apoio de combate e de apoio de serviços das suas unidades operacionais, pratica e aperfeiçoa as acções de coordenação com os outros ramos das Forças Armadas e se for caso disso, com elementos de Forças Armadas de outros países”.⁴⁸

⁴⁵ VIANA, V. D. Rodrigues, O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas, p. 163.

⁴⁶ FM 3-0.

⁴⁷ VIANA, V. D. Rodrigues, cit. 62, p. 162.

⁴⁸ Regulamento Geral da Instrução do Exército, Cap. 3, p. 3-8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**Livros**

ALBERTS, David S. - “*Information Age: Getting to a 21st Century Military*”. Washington, D.C. : CCRP (Command and Control Research Program), 2003.

ALBERTS, David S., **GARSTKA**, John J., **STEIN**, Frederick P. - “*Network Centric Warfare: Developing and Leveraging Information Superiority*”. Washington, D.C. : CCRP (Command and Control Research Program), 2003.

ALBERTS, David S., **HAYES**, Richard E. - “*Power to the Edge: Command... Control... in the Information Age*”. Washington, D.C. -: CCRP (Command and Control Research Program), 2004.

CHOMSKY, Noam. - “*A Manipulação dos Media, Os Efeitos Extraordinários da Propaganda*”. Mem Martins : Editorial Inquérito, 2003

COUTO, Abel Cabral. - “*Elementos de Estratégia*” Vol. I. IAEM : Lisboa, 1988.

COUTO, Abel Cabral. - “*Elementos de Estratégia*” Vol. II. IAEM : Lisboa, 1989.

DINIS, José António Henriques. - “*Guerra de Informação, Perspectivas de Segurança e Competitividade*”. Lisboa : Edições Sílabo, 2005.

FALZON, Lúcia and Jayson Priest. - “*The Centre of Gravity Network Effects Tool: Probabilistic Modelling for Operational Planning*”. Edinburg South Australia: DSO Information Sciences Laboratory. 2004.

MACGREGOR, Douglas A. - “*Transformation Under Fire: Revolutionizing How América Fights*”. Westport (USA): PRAEGER, 2003.

RODRIGUES, Alexandre Reis. - “*Defesa e Relações Internacionais*”. Cruz Quebrada : Notícias Editorial, 2004.

SMITH, Edward A. - “*Effects Based Operations – Applying Network Centric Warfare in Peace, Crisis, and War*”. Washington : CCRP (Command and Control Research Program), 2002.

TOFFLER, Alvin. - “*A Terceira Vaga*”. Lisboa - : Livros do Brasil, 1984.

TOFFLER, Alvin e Heidi. - “*Criando uma Nova Civilização*”. Lisboa - : Livros do Brasil, 1995.

TZU, SUN. - “*A Arte da Guerra*”. Edições Europa-América.

Documentos

“*ARTE OPERACIONAL – Operações Conjuntas e Combinadas (NC 20-77-05)*”, Instituto de Altos Estudos Militares.

“*CONCEITO ESTRATÉGICO de DEFESA NACIONAL*”.

“*CONCEITO ESTRATÉGICO MILITAR*”.

“CONCEPTS FOR ALLIED FUTURE JOINT OPERATIONS” (CAFJO), do Allied Commander Transformation (ACT), DRAFT de 25Ago05.

“Effects-Based Operations; a Historical perspective for a Way Ahead”. Trabalho da autoria de Lee Wagenhals, Alexander H. Levis e Maris McCrabb, organizado por C3I Center, George Mason University.

“Les operations réseau-centrées: les capacités européennes”. – Documento A/1899 de 14Jun05 da Assembleia Inter Parlamentar Europeia de Segurança e Defesa.

“Operationalizing Effects Based Operations (An EBOMethodology based on Joint Doctrine)”, Major Reginald J. Williams/Mr Rocky Kendall.

“STRATEGIC VISION: THE MILITARY CHALLENGE”. – ACO e ACT, 23Ago04.

Davis, Paul K., “Effects-Based Operations: A Grand Challenge for the Analytical Community”, Document Prepared for de Office of the Secretary of Defense and the Unites States Air Force.

Artigos em Revistas

DEPTULA, BGen Davie A. – “Effects-Based Operations: Changing in the Nature of Warfare” . Aerospace Education Foundation/Defense and Airpower Series.

HERNDON, Major Robert B., [et. al.]. “Effects-Based Operations in Afghanistan: The CJTF-180 Method of Orchestrating to Achieve Objectives”. Field Artillery, Jan/Feb 2004.

RAMALHO, TGen José Pinto. – “O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma reflexão”. Revista Militar de Agosto/Setembro de 2005.

PENDALL, Major David W (US Army). – “OPERAÇÕES BASEADAS NOS EFEITOS E O EXERCÍCIO DO PODER NACIONAL”. Military Review , Março/Abril 2005.

VIANA, V. D. Rodrigues – “O Conceito de Segurança alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas”. **Boletim: Formação Investigação e Doutrina**, n.º 28, Instituto de Altos Estudos Militares (Nov. 2003). 91-178.

Páginas da “World Wide Web”

BINGHAM, TCoL Price T. (USAF). - “Transformar a Guerra com Operações Combinadas Baseadas nos Efeitos”. Home Page da Air & Space Power International, 18-08-05.

HENNINGSSEN, Dr. Jaqueline. “Um diálogo em analisar as operações baseadas nos efeitos (EBO) ”. <http://www.mors.org/publications/phalanx/mar0>, 13-08-05.

FAYETTE, Mr. Daniel. – “Effects-Based Operations”.

GARCIA, Francisco Proença; Maria Francisca Saraiva. – “O FENÓMENO DA GUERRA NO NOVO SÉCULO – UMA PERSPECTIVA”. – <http://www.afrlhorizons.com>. 19-09-05.

MANN, Col Edward, TCol Gary Enersby, Tomas Searle. – “Efeitos Dominantes – Operações Combinadas Baseadas nos Efeitos”. Home Page da Air & Space Power International, 13-08-05.

OTAN. - “Istanbul Summit Communiqué”. <http://www.nato.int>. 29-09-05.

SANTOS, Eduardo Silvestre dos. – “Network Centric Warfare”. <http://www.jornaldefesa.com>, 19-09-05.

AGÊNCIA EUROPEIA de DEFESA. <http://www.eda.eu.int>

Entrevistas e Discussões Pessoais

MDN – Entrevista e Discussão com o TCor Marinheiro da DGPDN, em 20Set05.

EMGFA – Entrevistas e Discussões com o Cor PilAv Luís Henriques Antunes, Chefe da repartição de Planeamento Estratégico Militar, em 05Ago05 e 08Set05.

EME - Entrevista e Discussão com o Sub-CEME: MGen Campos Gil, em 16Nov05.

AM - Entrevista e Discussão com o Major Viegas Nunes da AM, em 10Nov05.

AM – Entrevista com o Exmo. Tenente General Comandante da AM, em 30Nov05.

COFT - Entrevista e Discussão com o TCor Almendra do COFT, em 02 e 04 Ago05.